



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL

DIONE ALVARES DE MOURA E SILVA BARICHELLO

A TEMÁTICA DO INDÍGENA BRASILEIRO NO ENSINO DE HISTÓRIA

CATALÃO

2018

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do autor: DIONE ALVARES DE MOURA E SILVA BARICHELLO

Título do trabalho: A TEMÁTICA DO INDÍGENA BRASILEIRO NO ENSINO DE HISTÓRIA

3. Informações de acesso ao documento:

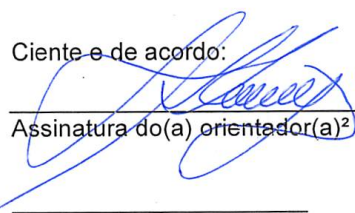
Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.



Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 28 / 09 / 2018

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL

DIONE ALVARES DE MOURA E SILVA BARICHELLO

A TEMÁTICA DO INDÍGENA BRASILEIRO NO ENSINO DE HISTÓRIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, curso de Mestrado Profissional, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Linha 1 – Cultura, Linguagens e Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Bianchi de Araújo.

CATALÃO

2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

ALVARES DE MOURA E SILVA BARICHELLO, DIONE
A TEMÁTICA DO INDÍGENA BRASILEIRO NO ENSINO DE
HISTÓRIA [manuscrito] / DIONE ALVARES DE MOURA E SILVA
BARICHELLO. - 2018.
LXXXVI, 86 f.: il.

Orientador: Prof. ROGÉRIO BIANCHI DE ARAÚJO.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Unidade
Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais, Catalão,
Programa de Pós-Graduação em História (profissional), Catalão, 2018.
Bibliografia. Anexos.
Inclui siglas, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Povos Indígenas. 2. Relações de Poder. 3. Cultura. 4. Educação. I.
BIANCHI DE ARAÚJO, ROGÉRIO, orient. II. Título.

CDU 94



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL



Ata de Defesa Pública de Trabalho de Conclusão de Mestrado

Defesa: nº 31

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezoito realizou-se, na sala do Laboratório de Audiovisual, localizada no Bloco Didático II, da Regional Catalão/UFG, a Defesa Pública do Trabalho de Conclusão de Mestrado intitulado *A Temática do Indígena Brasileiro no Ensino de História*, de autoria da mestranda **Dione Alvares de Moura e Silva Barrichello**. Na ocasião, compareceu a Banca Examinadora, designada pela Coordenadoria do Mestrado em História – nível Mestrado Profissional, e composta pelos docentes Prof. Dr. Rogério Bianchi de Araújo, professor da Universidade Federal de Goiás - UFG/RC; Prof. Dr. Janderson Vieira de Souza, professor da Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Educação; Prof. Dr. Cássio dos Santos Melo, professor da Universidade Federal de Goiás - UFG/RC. A sessão teve início às dezesesseis horas, sendo presidida pelo Professor Dr. Rogério Bianchi de Araújo (orientador) que abriu os trabalhos junto à Banca Examinadora. Em seguida, o Presidente da sessão passou a palavra à discente que teve quinze minutos para apresentar o trabalho. Após a apresentação, passou-se a palavra às componentes da banca que tiveram cada uma, vinte e cinco minutos para expor suas questões e observações sobre o trabalho apresentado, tendo o mestrando quinze minutos para responder. Após o término da arguição, o Presidente da sessão solicitou que o candidato e o público presente que se retirassem do recinto para que a Banca Examinadora pudesse proceder sua avaliação. Após a conclusão dos trabalhos de avaliação, as arguidoras atribuíram o seguinte resultado: Aprovada. Nada mais havendo a registrar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pela Banca Examinadora. Regional Catalão, UFG, aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezoito.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rogério Bianchi de Araújo (Orientador/ UFG/RC)

Prof. Dr. Janderson Vieira de Sousa (UFG – UAE Educação)

Prof. Dr. Cássio dos Santos Melo (UFG/RC)

Observações da Banca (se necessário):

Ao meu orientador, prof. Dr. Rogério Bianchi de Araújo, que, nos momentos de adversidades, e não foram poucos, não me deixou desistir, e a todos (as) aqueles (as) que torceram verdadeiramente por mim, o meu muito obrigada.

Ainda hoje não temos a ideia de quem somos, caminhamos lado a lado, nos esbarramos nos percalços da história, mas continuamos desconhecidos e vivemos no conflituoso embate dialético de não sermos índios, não sermos negros, não sermos brancos, sendo todos ao mesmo tempo. (AZEVEDO, 1996)

RESUMO

Esta pesquisa buscou realizar uma exploração reflexiva em torno do que é “ser índio” no Brasil hoje, suas dicotomias e como o processo de ensino e aprendizagem na modalidade ensino fundamental I contribui para que o índio seja reconhecido perante a sociedade, partindo do pressuposto de que os indígenas, ainda hoje, são invisíveis para a grande maioria dos não índios. O estudo se insere na Linha 01: Cultura, linguagens e ensino de História, do Mestrado Profissional em História da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão. Do ponto de vista metodológico esta pesquisa contou com um trabalho “de campo” realizado através de um questionário fechado, aplicado aos (as) educandos (as) do ensino fundamental I. Os estudos dos materiais coletados nas escolas estabelecem uma relação entre identidade, diferença e cultura, em que os processos históricos produzem os sentidos e significados que estabelecem as relações de poder que hierarquizam as relações entre as diferentes culturas. Outro ponto fundante desta pesquisa está pautado na necessidade de visibilidade dos povos indígenas brasileiros também no meio acadêmico, onde existe material didático “desatualizado” para atender à demanda no processo de ensino e aprendizagem. A pesquisa demonstra ainda que, em pleno século XXI, os povos indígenas são lembrados pela maioria das escolas somente às vésperas do dia 19 de abril (Dia do Índio), sendo referendados pelos professores muito mais como “folclore” ou tendo sua imagem distorcida por meio dos mais variados estereótipos.

Palavras Chave: Povos Indígenas; Relações de Poder; Cultura; Educação.

ABSTRACT

This research seeks a reflexive structure around what is "being Indian" in Brazil today, its dichotomies and how the teaching-learning teaching in the elementary school modality I am contributing to the recognition of the Indian before a society, assuming that the Indians, even today, are invisible to a large majority of non-Indians. It is inserted in line 01: Culture, languages and history teaching of the Professional Masters in History of the Federal University of Goiás - Regional Catalão and seeks to analyze the identity and culture of the Brazilian indigenous peoples and if the current pedagogical practice is contributing to that there is a change in the visibility of these peoples by non-Indians. From a methodological point of view, this research collected data in the journalistic media and counted on field work done through a closed questionnaire, applied to students and students of elementary school I. The studies of the materials collected in the electronic media as much as in the schools establish a relation between identity, difference and culture, where the historical processes produce the meanings and meanings that establish the relations of power that hierarchize the relations between the different cultures. Another founding point of this research is based on the need for visibility of Brazilian indigenous peoples, especially regarding the academic environment, based on the assumption that there is "outdated" teaching material to meet the demand in the teaching-learning process. The research also shows that in the 21st century, indigenous peoples are remembered only on the eve of April 19 (Indian Day), when they are remembered, and are countersigned by teachers much more like "folklore" or having their image distorted through of the most varied stereotypes.

Keywords: Indian people; Power relations; Culture; Education.

LISTA DE SIGLAS

AGU – Advocacia – Geral da União
CBPE – Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
CIMI – Conselho Indígena Missionário
CNA – Conselho Nacional de Agricultura e Pecuária
DSEIs – Distritos Sanitários Especiais Indígenas
FAEB – Federação de Agricultura e Pecuária da Bahia
FAMASUL - Federação de agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISA – Instituto Sócio Ambiental
MS – Ministério da Saúde
OIT – Organização Internacional do Trabalho
PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais
PIB – Produto Interno Bruto
RANI – Registro de Nascimentos Indígenas
RENCA – Reserva Nacional de Cobre
SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena
SPI – Serviço de Proteção ao Índio
SUS – Sistema Único de Saúde
STF – Superior Tribunal Federal
USP – Universidade de São Paulo
UFF – Universidade Federal Fluminense

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Proporção da população autodeclarada indígena em relação à população total do Brasil, nos censos de 1991, 2000 e 2010.....	49
Tabela 02 – Evolução da população autodeclarada indígena nos censos 1991, 2000 e 2010, por UFs.....	49

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Comemoração do Dia do Índio em CMEI de Alto Horizonte (GO).....	58
Figura 02 – Comemoração do Dia do Índio em escola de Pindaré Mirim (MA).....	59
Figura 03 – Comemoração do Dia do Índio.....	59
Figura 04 – Comemoração do Dia do Índio.....	60
Figura 05 – Comemoração do Dia do Índio em colégio de Artur Nogueira (SP).....	60
Figura 06 – O início da colonização.....	62
Figura 07 – A primeira vila.....	62
Figura 08 – A cidade de todos.....	63
Figura 09 – Os brasileiros quem são.....	63
Figura 10 – Os brasileiros.....	63
Figura 11 – Povos indígenas.....	64
Figura 12 – Diversos Povos.....	64
Figura 13 – A vida dos povos indígenas.....	65
Figura 14 – Ser criança.....	65
Figura 15 – Agora já sei.....	66
Figura 16 – Agora já sei.....	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Repostas dos alunos às questões 1, 2, 3, 4, 5 e 6.....	69
Quadro 2 – Repostas dos alunos à questão 7.....	70

SUMÁRIO

SIGLAS.....	09
LISTA DE TABELAS.....	10
LISTA DE FIGURAS.....	10
LISTA DE QUADROS.....	10
INTRODUÇÃO.....	12
1 PODER E CHOQUE DE CULTURAS.....	19
1.1 Duas visões de mundo. O confronto dos europeus e os nativos da América.....	22
1.2 Afinal, quem é o índio?.....	26
1.3 A domesticação através de uma “nova fé”	30
2 POLÍTICAS INDIGENISTAS NO BRASIL: AVANÇOS E DESAFIOS.....	34
2.1 Os índios e a proteção do Estado. Existe proteção?.....	34
2.2 Os desafios em “ser índio” na atualidade e a cosmovisão indígena.....	40
2.3 Os índios no Brasil de hoje, onde estão?.....	46
3 A TEMÁTICA INDÍGENA NO ENSINO DE HISTÓRIA.....	54
3.1 A obrigatoriedade do estudo de história e cultura indígena nas escolas de ensino fundamental e ensino médio.....	55
3.2 A temática indígena no livro didático do Ensino Fundamental I.....	61
3.3 Como o(a) educando(a) pensa o índio na atualidade.....	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	78
ANEXO A – QUESTIONÁRIO APLICADO AO ENSINO FUNDAMENTAL I.....	82
ANEXO B – PLANO DE AULA.....	83

INTRODUÇÃO

Falar dos povos indígenas do Brasil requer muita sabedoria e persistência tanto no que se refere ao senso comum quanto à pesquisa propriamente dita. Sabedoria para não desistir ao debater um tema invisível à sociedade, e persistência, porque cada página estudada, cada conhecimento adquirido faz com que as angústias se multipliquem infinitamente levando em consideração as atrocidades que essa gente sofreu e ainda sofre.

Mas está decidido, falaremos de índio sim! Nunca nos conformamos com a história apresentada em nossa alfabetização de que o Brasil foi “descoberto”. Sempre admiramos muito as lutas dessas gentes.

Porém, nossa paixão pelos povos indígenas brasileiros se tornou evidente quando fomos apresentados ao antropólogo Darcy Ribeiro durante o curso de graduação em Ciências Sociais pelo prof. de Antropologia Dr. Rogério Bianchi de Araújo, hoje orientador desta pesquisa de mestrado. Participamos voluntariamente do Projeto de iniciação científica intitulado “O olhar antropológico de Darcy Ribeiro sobre o Brasil”, em que pudemos conhecer um pouquinho mais sobre os povos que habitavam e ainda habitam o então “descoberto” Brasil. Fomos duas vezes a Porto Seguro, no Sul da Bahia, onde visitamos a Reserva Pataxó da Jaqueira, que é um projeto desenvolvido por três irmãs índias que resgatam a cultura indígena. Lá tivemos a certeza de que esse povo ainda tem muito a oferecer e ensinar à humanidade.

O acesso à Reserva Pataxó da Jaqueira fica no caminho entre Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, no Sul da Bahia, e é sinalizado com placas. Seguindo pela orla, passando por grandes empreendimentos hoteleiros, basta seguir as placas, virar à esquerda na estradinha de terra e dirigir por alguns poucos minutos para chegar à portaria. Ao chegar à portaria, além do choque cultural, pois o convidado é recebido por um índio nativo - e esta pesquisadora, ao menos até então, não havia tido contato com um índio (a não ser pelos livros e histórias contadas por familiares), que o acompanha por uma trilha, que, para nós, foi o segundo choque, mas agora térmico. Estava um calor insuportável, quando adentramos à mata. A cena que guardamos até hoje na memória é como se alguém tivesse ligado um ar condicionado. Foi a sensação mais incrível que já sentimos. Ainda tivemos o privilégio de ouvir o canto dos pássaros e sentir o cheiro da mata, e que cheiro era aquele? De ar puro, de natureza. E o sentimento de paz, sossego e liberdade? Ahhh, esse é indescritível. Não há como não se encantar com tudo aquilo.

Fomos muito bem recebidos por Nitynawã, uma das lideranças da aldeia que nos contou um pouquinho da história da reserva, onde três irmãs se uniram em prol da necessidade de resgatar a cultura de sua gente. Perguntamos o porquê do nome Jaqueira e ela com orgulho apontou para uma enorme árvore que havia brotado ali, cujo nome era Jaqueira. Fica próxima ao local onde eles celebram seus rituais. O tempo todo que estivemos naquele lugar foi de aprendizado. São muito comunicativos. Explicam o significado de tudo que os rodeia. Fizemos a trilha ecológica, e a cada passo um enorme aprendizado era adquirido sobre a natureza e sobre o ser humano. Mas como assim? Pouco mais de 50 minutos de trilha e um enorme aprendizado? Sim, enorme mesmo, como a força daquela gente que luta para preservar a migalha do que lhe restou e enorme também a indignação que sentimos ao ver que as melhores terras da região estão plantadas de prédios, em uma terra literalmente roubada daquela gente que vive em um território ínfimo que lhe restou. Ali, naquele local, as marcas do “descobrimento” são visíveis, a degradação do meio ambiente também. As terras, na sua grande maioria, pertencem a políticos. A cruz fincada ao chão como marco de chegada dos portugueses, a primeira missa está estampada num monumento, tudo ali, servindo de atração turística. Se para nós causa repulsa e jamais orgulho, imagine para os índios. Esse foi o outro motivo pelo qual decidimos nos inscrever na linha de pesquisa sobre cultura, do Mestrado Profissional em História. É preciso falar dessa gente e tentar entender porque ainda são vistos pela grande maioria como uma ameaça, como “selvagens”. Hoje, entendemos que a selvageria está em nós, “civilizados”, que destruimos diuturnamente nosso *habitat*.

Como já mencionado não é uma tarefa nada fácil essa empreitada. É um trabalho solitário, árduo, exaustivo, muitas vezes sem credibilidade por se tratar de um assunto invisível aos olhos da nossa sociedade. Muitos quando perguntam qual é o tema desta pesquisa ficam espantados e argumentam: “nossa, você falando de índio?”, ou, então, “índio não acrescenta nada na nossa vida, tem que ficar tudo no mato mesmo” e até o absurdo de que “índio tem que morrer pois não produz nada”. Até então ainda ouvimos várias sandices sobre o tema, o que reforça cada vez mais a vontade em estudá-lo e tentar entender porque as pessoas agem dessa forma em relação ao índio.

Portanto, a presente pesquisa tem como objeto de estudo os povos indígenas brasileiros.

A importância desta temática também se associa à sua atualidade, considerando que vivemos em um país “democrático” e multicultural e os povos indígenas ainda, em pleno século XXI, sofrem de todas as formas possíveis com as injustiças realizadas contra eles, seja no âmbito político, seja no social. Desse modo, justifica-se a opção pelo desenvolvimento de um estudo

voltado para a análise dos fatores históricos sobre o “descobrimento” do Brasil, as políticas indigenistas e como a educação tem contribuído no quesito diversidade cultural e respeito às diferenças. Esta pesquisa foi realizada com educandos (as) do ensino fundamental I, com o objetivo de entender como eles (as) assimilam a história dos povos indígenas, principalmente a que é repassada através do livro didático e como veem os índios na atualidade. Esses educandos (as) do ensino fundamental I foram escolhidos partindo do pressuposto que ainda presenciamos escolas que insistem em repassar uma imagem distorcida, através de comemorações realizadas às vésperas do dia 19 de abril, “Dia do Índio”, pautadas muitas vezes no folclore, limitando assim a compreensão de quem realmente é o índio na atualidade, dificultando a inserção desses povos na sociedade como cidadãos dotados não só de deveres, mas de direitos também.

Portanto não é interesse desta pesquisa esgotar o tema pesquisado e tão pouco estabelecer um ponto final na referida discussão. Pretendemos, porém, aclarar o pensamento existente sobre uma parte do tema, circunscrevendo-o ao debate.

Como explicar um Brasil composto por tantos e quantos contingentes humanos? Darcy Ribeiro, antropólogo, político e historiador, foi o maior pesquisador das décadas de 1940 e 1950 dessas gentes compostas de índios, negros, mulatos e europeus que fundaram esse país. Sua maior preocupação era entender que caminhos percorremos e que nos levaram a diferenças sociais tão profundas no processo de formação nacional.

Além do mais é importante refletir qual o papel que estas populações ocupam no Brasil de hoje; seus principais problemas e dificuldades para manterem seu modo ancestral de viver; quais suas demandas principais e como interagem com o mundo moderno, global e localmente. É provável, que ao fazer uma boa pesquisa, encontre notícias muito alvissareiras com relação as respostas que estes grupos estão dando aos problemas que enfrentam. Enfim é necessário que a escola se repositone enquanto instituição para assumir seu papel de formadora de opinião e de capacidades tão necessárias para banir do mundo a desigualdade, o preconceito, a banalização do outro, a visão de superioridade nacionalista, sentimentos que mancham a história da humanidade. Por fim o mês de abril tem que superar o próprio mês de abril. Tenho certeza que, agindo assim, nunca mais teremos que dizer aos nossos jovens e crianças: “vamos brincar de índio?” (MUNDURUKU, 2015).

“Vamos brincar de índio?”, esta, pois, é uma das questões fundantes abordadas nesta pesquisa no que se refere à educação. Como as escolas estão repassando aos (as) educandos (as) a cultura indígena e como o livro didático tem contribuído no processo de ensino e aprendizagem como agente modificador da diversidade cultural. Segundo Fonseca (2003, p. 49 *apud* Lima 2016),

“o livro didático é principal veiculador de conhecimentos sistematizados, o produto cultural de maior divulgação entre os brasileiros que têm acesso à educação escolar”.

A aprendizagem histórica deve ser válida para os alunos tanto no desenvolvimento de habilidades quanto na capacidade da realização de uma leitura crítica dos diversos discursos da realidade. (...) O livro didático é importante nesse processo de popularização do conhecimento histórico, porém deve ser usado de forma aberta, dinâmica, criativa, de modo a tornar a temática significativa para os alunos. É inegável que os recursos pedagógicos presentes no interior do livro didático, como as fotografias e outras formas de imagens, podem ajudar a dinamizar as aulas e introduzir os alunos no processo de significação do passado/presente. (LIMA, 2016, p. 14-15)

Presenciamos escolas que ainda hoje enfeitam suas crianças para comemorarem o “dia do índio”, repassando assim uma visão distorcida do que realmente é um índio e o valor de sua cultura. E o que as crianças aprendem com essa prática pedagógica? Com certeza, a mesma apenas reforça os estereótipos a que são submetidos os índios desde a colonização até a atualidade.

Sendo assim, a questão central desta pesquisa foi motivada pela invisibilidade dos povos indígenas brasileiros perante a sociedade desde a colonização chegando até a atualidade.

O objetivo geral deste estudo é realizar uma breve análise da importância dos povos indígenas na construção do Brasil, levando-se em conta que foram esses povos que abriram os caminhos para que fosse possível o total descobrimento do espaço físico e a sobrevivência dos que aqui chegaram.

Temos como base um estudo histórico sério e dedicado, especialmente levando em conta as obras de Darcy Ribeiro “Os índios e a civilização”, e de Manuela Carneiro da Cunha, em especial, “A história dos índios no Brasil”. Estas foram de fundamental importância para a colheita de informações e dados, que buscou analisar os conflitos existentes na época da invasão e a progressão da situação dos nativos até os dias atuais. Como complemento a esse objetivo foram abordadas algumas leis e regulamentos de proteção ao índio e políticas voltadas para a integração do mesmo na sociedade como ser ativo e detentor de direito. Para tanto, exploramos as principais leis que versavam sobre os povos indígenas até a promulgação de nossa Constituição Federal e de leis especiais.

Para alcançar nossos objetivos foram inseridos temas históricos e atuais para criar uma linha de evolução das peculiaridades do modo de vida, tratamento e visão perante o não índio e os povos nativos. Temas como cosmologia e cosmovisão, resultando na cosmopolítica de um povo

foram apresentados e desenvolvidos, utilizando como referência a obra de Danowski e Viveiros de Castro: “Há mundo por vir?” (2014/2017).

A luta pela manutenção da cultura indígena e seus desafios está apresentada juntamente com problemáticas das políticas atuais. Com a pesquisa vislumbramos que todos os conflitos sociais giram em torno da terra e sua divisão. Apontando reportagens atuais vimos que há índios espalhados por todo país e que eles lutam pelo direito de exercer sua cidadania, apesar de todo preconceito que ainda sofrem.

O modo como a sociedade contemporânea enxerga o índio também foi demonstrado, especialmente no que diz respeito à observância dos direitos e à capacidade de integração do mesmo perante o sistema. Não se discute a capacidade do índio, mas da sociedade em aceitá-lo dentro de um seio com parâmetros moldados por anos de conceitos diversos. O judiciário brasileiro é quem parece ter maior dificuldade em ajustar-se à realidade do nativo como integrante do contexto social, de maneira que essa integração não o tire de seu berço cultural.

Através da exploração da cosmovisão indígena se sugere que o ensino pode ser compreendido de uma forma mais abrangente, servindo como agente modificador de pré-conceitos estabelecidos desde a colonização.

Acreditamos que uma formação crítica do (a) educando (a) possa mudar também todo o sistema social e político de uma nação. A oportunidade de conhecer o outro através de seu próprio mundo como forma de colocar-se em seu lugar no universo e aderir às suas necessidades também faz parte deste estudo.

No final desta pesquisa esperamos ter contribuído para o início de uma mudança permanente de pensamento, que levará muitos anos para ser sedimentada, porém, começará de algum lugar na história que estamos construindo hoje.

Na medida em que as sociedades passaram do período colonial para o neoliberalismo aumentaram os problemas políticos que demandavam, contraditoriamente, mais poder adquirido. Os problemas técnicos exigem especialistas, portanto, um amplo corpo de pessoal especializado, e é nesse sentido que o acesso à educação formal é imprescindível aos membros das comunidades indígenas.

Diante disso, a presente pesquisa está dividida em três capítulos, sendo que no primeiro capítulo tecemos um estudo que buscou contemplar não somente a visão do colonizador quando encontrou a América, mas do índio quando encontrou o homem branco, ou o “deus branco todo

poderoso”. A importância deste capítulo está pautada no fato de dar visibilidade às vozes indígenas sobre a colonização, partindo do pressuposto que até então somente a história contada pelo colonizador é tida como “verdade” absoluta. Nele também foram levantados pontos cruciais referentes à dominação religiosa sobre os nativos. As religiões também contribuíram e muito para a destribalização e marginalidade das tribos indígenas. Ribeiro (1996, p. 97) afirma que “quando visitou a aldeia Terena em 1947/48 a hostilidade entre católicos e protestantes era tão grande que a solidariedade entre os índios protestantes já era maior que o seu sentimento de indianidade”.

No segundo capítulo são apontadas as divergências entre as leis e o poder Estatal, discursando sobre políticas indigenistas, democracia, proteção do Estado e a dificuldade de se permanecer índio na atualidade. A cosmovisão, a cosmologia indígena e suas contribuições através de pensadores renomados como Débora Danowski e Eduardo Viveiros de Castro também foram apresentadas como forma de entender a importância de se pensar que não existe uma cultura superior à outra, o que existe são formas diferentes de pensar e entender o mundo em que vivemos.

Para Lazzarato (2006), tomando como referência as deliberações do governo federal no que se refere aos direitos indígenas e quilombolas, na atualidade, apesar das políticas neoliberais, chegamos à conclusão de que elas continuam alicerçadas em perigosos acordos eleitoreiros, em conchavos políticos, jogos de interesse e em concessões de privilégios a grupos econômicos diferenciais que pretendem extrair das terras indígenas e da natureza as riquezas potencialmente existentes.

Na democracia brasileira, Luciano Baniwa (2006) reforça que o papel do Estado está invertido quando está a serviço dos ricos, dos poderosos e da minoria dominante, quando deveria proteger os direitos das minorias étnicas e da maioria excluída, pois estas não conhecem e não dispõem de advogados para defenderem seus direitos, ao contrário dos ricos, que pagam advogados, delegados, juizes e dirigentes políticos para defenderem e garantirem seus interesses. O Estado precisa garantir o equilíbrio e a estabilidade social de acordo com os princípios do Contrato Social.

No terceiro capítulo foram abordados temas de fundamental importância no âmbito educacional referentes aos índios brasileiros, destacando a Lei n. 11.645/2008, que altera o Art. 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n. 9.394/1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e

Indígena”, e como a temática indígena no livro didático está contribuindo para que a lei seja cumprida.

Acreditamos que temos uma grande chance de corrigir os muitos equívocos, estereótipos e preconceitos com relação às comunidades indígenas e uma das maneiras de fazer isso é por meio da educação formal.

Neste capítulo também foi apresentado o resultado da pesquisa “de campo” que teve como foco principal mostrar qual a percepção dos (as) educandos (as) do ensino fundamental I, com duas turmas do segundo ano e uma turma de terceiro ano, com relação aos índios brasileiros e como a escola está sendo o agente modificador desta estatística. Esta pesquisa teve como objetivo analisar somente o conhecimento dos (as) educandos (as) em relação ao índio brasileiro e sua cultura.

Desde o início da colonização o índio vem sofrendo com o processo de aculturação, o qual se intensifica cada vez mais. Em pleno século XXI ainda são vistos pela grande maioria dos “civilizados” como bichos mais que como gente, como perversos, vingativos, covardes, traiçoeiros, desconfiados, dissimulados, brigões, violentos, preguiçosos, ladrões, mendigos, estúpidos, ignorantes, infantis, mal-agraçados, nojentos, cachaceiros, drogados, etc. Qualquer procedimento de um índio que discrepe das normas habituais é interpretado segundo esse juízo. Alguns índios aprendem a se considerar desse ponto de vista, perdendo todo respeito por si mesmo. (RIBEIRO, 2001, p. 410)

A investigação científica utilizou o método indutivo de abordagem, o qual, segundo Pasold (2015, p. 213), consiste em pesquisar e identificar as partes de um fenômeno e colecioná-las de modo a ter uma percepção ou conclusão geral. Para Lakatos e Marconi (1991), é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas, cuja aproximação dos fenômenos caminha para planos cada vez mais abrangentes, indo das constatações mais particulares às leis e teorias – conexão ascendente; o objetivo dos argumentos é levar às conclusões, cujo conteúdo é mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam.

CAPÍTULO 1

PODER E CHOQUE DE CULTURAS

Neste capítulo apresentamos uma pequena análise sobre a forma como se deu a colonização portuguesa na América, como os habitantes nativos ajudaram na construção e desenvolvimento da nação brasileira e como foram subjugados desde o começo por parte do colonizador e como ainda são até os dias atuais.

Também é interesse deste capítulo apontar a história descrita pela literatura indígena, agora contada através do próprio índio em relação ao colonizador e sua “descoberta”.

A partir das próprias leituras de mundo de seus autores a literatura desse período se baseia em cartas e relatos, além de sermões, como ocorre com Antônio Vieira. Em umas das primeiras narrativas, realizada por Caminha, na Carta a El-Rei d. Manuel, o viajante escreve sobre a “descoberta”, começando seus relatos a partir do dia 21 de abril de 1500, data em que se iniciava a vista de terra e se anunciava um período de barbárie dos brancos em terras indígenas, além de um período de crimes, silenciamento e hierarquização de culturas através de formas de dominação. Os indígenas, culturalmente acostumados com a prática da oralidade, sofreram o silenciamento por parte do não-índio, na medida em que este, através da escrita e da brutalidade da colonização, conseguiu fazer com que prevalecesse a voz do eurocentrismo. A identidade da cultura indígena, então, é traçada a partir de discursos centrados no poder europeu. (LIMA, 2014, p. 3, grifos do autor)

A importância em dar visibilidade às vozes indígenas sobre a colonização da então “descoberta” Terra de Vera Cruz é imprescindível por termos em nossa cultura sempre a visão do colonizador que, até então, é considerada como principal fonte histórica do descobrimento da América.

Outro fator importante a ser destacado é que vários nomes foram dados à nova terra “descoberta”. Segundo Bueno (2017, p. 97), em 1502, no mapa mundi, o litoral da então recente terra “descoberta” aparece bordado por um friso de araras enormes e rutilantes. O mesmo se repetiria em outros mapas anos depois. A impressão que tais aves causaram nos colonizadores foi tamanha por sua formosura que a Terra de Vera Cruz, antes de virar Terra do Brasil, por cerca de três anos, ficou conhecida também como Terra dos Papagaios.

Ao se tratar de cultura, o eurocentrismo foi o conceito mais utilizado no período das Grandes Navegações e Descobrimientos Marítimos (séculos XV e XVI). Nessa fase da história, os europeus, principalmente portugueses e espanhóis, ao descobrirem novas terras implantaram suas culturas (religião, língua, modos, costumes) entre os povos conquistados. Fizeram isso, pois acreditavam que a cultura europeia era mais desenvolvida do que a dos indígenas e africanos. Hoje

o termo não é utilizado mais devido ao advento das ciências sociais, pois pesquisadores afirmam que não existe uma cultura superior à outra e que todas devem ser respeitadas, por mais diferentes que sejam. O termo cultura tendia a referir-se à arte, à literatura e à música “[...] hoje contudo seguindo o exemplo dos antropólogos, os historiadores e outros usam o termo ‘cultura’ muito mais amplamente, para referir-se a quase tudo que pode ser apreendido em uma dada sociedade, como comer, beber, andar, falar, silenciar e assim por diante.” (BURKE, 1989, p. 25, grifos do autor).

A cultura indígena, ainda que menosprezada pelos europeus, apesar de rude era acrescida de anos de convívio com a natureza, e somente tiravam dela o que consumiam, mas esta cultura foi aos poucos sendo levada para fora das aldeias e atraindo cada dia mais pessoas interessadas em suas riquezas. O eurocentrismo e as formas de dominação eram tão perversas, e ainda são, o que é visível na historiografia:

Durante séculos, desde o período colonial, após a Independência em relação a Portugal (1822) e no início da República (após 1889), imperava o paradigma da conquista territorial do território brasileiro por parte dos colonizadores, com fins predatórios voltados para a exploração econômica. Vários artificios e mecanismos foram utilizados, como as Capitânicas Hereditárias, as Sesmarias, as Guerras Justas, com o propósito de ocupação territorial pelos colonizadores. Nesse processo os povos indígenas eram considerados empecilhos para a implantação de tal política, o que configurou políticas públicas de truculenta dominação pela guerra ou pela supressão cultural através da evangelização. As políticas do período colonial foram implementadas diretamente pelo Estado ou por missões religiosas. Como fruto dessa política indigenista colonial, inúmeros povos foram exterminados fisicamente pela guerra, através do genocídio, ou culturalmente, quando esses povos foram forçados a abandonar suas tradições e a se integrar a sociedade nacional, o que caracteriza o etnocídio. Em termos territoriais, a consequência foi a expulsão dos indígenas de seus territórios tradicionais ou confinamento em áreas reduzidas. (SOUSA; ALMEIDA, 2015, p. 233)

Os índios foram os primeiros escravos da nova terra e também os primeiros trabalhadores dos engenhos de açúcar, sendo substituídos posteriormente por escravos negros, o que caracteriza o poder de domínio e violência do colonizador sobre o nativo.

Bueno (2016, p. 96, grifos do autor) destaca que “das observações tomadas por Caminha ao longo do dia, especialmente sobre o instante em que um índio se dirigiu a Cabral sem perceber que ele era o chefe, ‘pois disso não entendem nem tomam conhecimento’, e também de sua conclusão de que aqueles homens pareciam não ter ‘nenhuma idolatria, crença ou adoração’ surgiria o provérbio, definido mais tarde por outros cronistas, segundo o qual os ‘gentios do Brasil’ não pronunciavam as letras *f, l e r* ‘porque não possuíam fé, lei ou rei’.”

Mesmo “destituídos de cultura”, de “fé, lei ou rei” na visão dos europeus, o que não se pode negar nos dias atuais é a importância dessa gente, do seu sangue que se mistura na formação do povo brasileiro e de sua cultura em nosso cotidiano.

Segundo Luciano Baniwa (2006), a primeira contribuição dos povos indígenas logo após a chegada dos portugueses às terras brasileiras é imensurável. Os índios pacificados e dominados ensinaram aos colonizadores as técnicas de sobrevivência na selva e como lidar com várias situações perigosas nas florestas ou como se orientar nas expedições realizadas. Em todas as expedições empreendidas pelos desbravadores e colonizadores portugueses lá estavam os índios como guias e serviçais, conforme atestam vários registros documentais da época. Ao longo de toda a história da colonização brasileira, os povos indígenas estiveram presentes, ora como aliados na expulsão de outros invasores estrangeiros, ora como mão-de-obra nas frentes de expansão agrícola ou extrativista.

Além de tudo isso, há ainda outro legado bem mais atual dos povos indígenas ao Brasil e ao mundo, que são os seus milenares conhecimentos de medicina tradicional. Alguns estudiosos estimam que os índios do Brasil já chegaram a dominar uma cifra de mais de 200.000 espécies de plantas medicinais. Muitas delas estão se perdendo antes mesmo de serem descobertas pela ciência moderna. Ao contrário do que muitos médicos pregam, a medicina tradicional possui um valor incalculável ainda a ser descoberto e explorado pela medicina moderna (...). No campo da medicina tradicional dos povos indígenas há grandes probabilidades de existirem soluções para muitos males que hoje afligem os homens da ciência moderna. Não é gratuito o aumento da atividade de biopirataria em terras indígenas, praticada por pesquisadores e cientistas do mundo inteiro, porque sabem das riquezas infinitas que constituem as culturas indígenas em relação aos seus recursos naturais. Só para citar um exemplo, foram os índios da América que dominaram, ao longo de séculos ou mesmo de milênios, conhecimentos sobre os produtos anestésicos, que hoje são fundamentais para os processos cirúrgicos praticados pela medicina médica. Os Baniwa do Alto Rio Negro há séculos dominam com presteza essa técnica, sendo o principal instrumento de caça e de guerra. Os índios Ashaninka e outros povos indígenas do Acre são exímios manipuladores de plantas alucinógenas, como a ayawaska, recentemente patenteada por empresas norte-americanas e em razão de que muitos povos indígenas das Américas estão brigando na justiça por direitos de propriedade intelectual coletiva. E assim poderíamos continuar enumerando várias contribuições importantes dos povos indígenas ao Brasil e ao mundo. Ao olharmos para a realidade presente, percebemos que essas contribuições aumentaram de importância, mesmo sem ou com pouco reconhecimento por parte da sociedade global e nacional. Basta observarmos as riquezas estratégicas que se encontram nos territórios indígenas, dos quais eles não são apenas donos, mas principalmente guardiões e aguerridos defensores. A principal delas, que representam quase 13% do território brasileiro, a maior parte totalmente preservada. Fotos de satélites mostram que as terras indígenas são verdadeiras ilhas de florestas verdes rodeadas por pastos e cultivos de monoculturas, com a predominância da soja. Esta não é somente a riqueza dos índios, mas de todos os brasileiros e dos habitantes do planeta, na medida em que são florestas que contribuem para amenizar os graves desequilíbrios ambientais da Terra nos tempos atuais. Por esta razão, o Brasil e o mundo deveriam contribuir para que os povos indígenas continuassem a proteger essa imensurável riqueza vital. (LUCIANO BANIWA, 2006, p. 217-219)

Como aponta Luciano Baniwa (2006), são inúmeras as contribuições dos povos indígenas não somente ao povo brasileiro, mas a toda a humanidade. A língua ficou arraigada em nosso próprio dialeto, incorporando-se ao português do Brasil e centenas de nomes de lugares como ruas, cidades, bairros, praias, estados entre outros fazem parte do nosso cotidiano. As redes, muito utilizadas no Nordeste do país para descanso, originam-se da cultura indígena. O famoso chimarrão utilizado pelos sulistas é de origem indígena. A alimentação brasileira incorporou a mandioca como parte de seu cotidiano e *chefs* renomados utilizam muitas frutas e raízes tradicionais nativas em pratos que encantam o mundo inteiro. A identidade indígena está marcada em toda nossa identidade cultural, formando, assim, através da mistura dos povos e das diversas culturas, o nosso Brasil.

1.1 Duas visões de mundo. O confronto dos europeus e os nativos da América

Muitos historiadores preferem se referir ao fato do “descobrimento” como “A Chegada dos Portugueses ao Brasil”, em que o intuito é uma tentativa de reconhecer a presença dos nativos no território então “descoberto”.

A palavra *descobrimento* é, a nosso ver, utilizada de forma imprópria, porque sugeriria a chegada dos europeus a terras desabitadas, e não apenas desconhecidas. A América teria sido descoberta apenas para os europeus, uma vez que os indígenas que nela viviam, vindos da Ásia ou da Oceania, já conheciam. Resultou, assim, de uma posição europeizante que não levava em conta a existência e a importância dos povos não-europeus. Hoje os americanos, que receberam uma grande influência europeia em sua cultura, má que tem também raízes culturais indígenas e africanas, não podem aceitar essa denominação como correta. O certo seria caracterizar como invasão e conquista a ação europeia desenvolvida sobretudo no século XVI, porque na realidade, o que aconteceu no Novo Mundo foi um processo de ocupação, de desapropriação e de dizimação das populações que aí viviam. Bem diverso portanto, do que ocorreu nas pequenas ilhas do Atlântico, onde os europeus encontraram terras desabitadas e as ocuparam com colonos trazidos da metrópole e negros originários da África, utilizados como escravos. (AZEVEDO; MONTEIRO, 1996, p. 155-156, grifos do autor)

Outro fator histórico que não podemos deixar de mencionar é que a chegada dos portugueses à nova terra se deu dentro do contexto das Grandes Navegações e Desbravamentos Marítimos entre os séculos XV e XVI, período em que Portugal e Espanha se destacavam como as nações mais poderosas do mundo em termos de tecnologia. O mercantilismo é o que impulsionava todo esse sistema de desbravamento. Usavam o mar para fazerem suas negociações

sendo que a Índia era considerada o grande centro comercial da época. Tudo girava em torno dos altos lucros que obtinham em suas negociações com a venda de especiarias (tecidos, temperos e joias) que era realizada nas Índias para revender na Europa, com lucros exorbitantes.

Na manhã da quinta-feira, 23 de abril de 1500, um novo ciclo estava iniciando na história já quase secular da expansão lusitana pelos quatro cantos do planeta. Naquele dia, pelo menos oficialmente, os portugueses estavam se preparando para desembarcar pela primeira vez no terceiro continente ao qual seus eficientes navios os tinham conduzido. Àquela altura, os lusos já haviam estabelecido várias feitorias na costa ocidental da África, onde trocavam trigo, tecidos e cavalos por escravos e ouro. Quase uma década ainda seria necessária para que eles pudessem conquistar a Índia e dominar o comércio marítimo no oceano Índico. Depois disso, precisariam de outros três anos para chegar a China (e estabelecer-se em Macau, em 1513) e mais 30 para atingir o Japão (desembarcando em Nagasaki, em 1543). Mas agora, estavam prestes a fincar o pé na América, embora ela ainda não tivesse nome e sequer fosse reconhecida como um novo continente. (BUENO, 2016, p.48)

O território hoje chamado Brasil fora há milênios ocupado por inúmeros povos indígenas. A população ameríndia era incontável e bastante heterogênea tanto em diversidade cultural quanto linguística, tinha várias crenças e comportamentos. Migrava por essa terra abençoada sempre que via a necessidade de reciclar o espaço onde habitava. Os índios eram excelentes guerreiros e dominavam principalmente as áreas litorâneas e a Amazônia.

O povo que a esquadra de Pedro Álvares Cabral encontrou na Bahia, em abril de 1500, “eram, se saberia mais tarde, do grupo Tupiniquim. Pertenciam a grande família Tupi-Guarani, que naquele início do século VXi, ocupava praticamente todo o litoral do Brasil”. (BUENO, 2016, p. 88)

Segundo Cunha (2012, p. 11), sabe-se pouco da história indígena: nem a origem nem as cifras da população são seguras, muito menos o que realmente aconteceu. Mas progrediu-se, no entanto: hoje está mais clara, pelo menos, a extensão do que não se sabe, ou do que se sabe contado pelos colonizadores. Os estudos de casos existentes na literatura são fragmentados de conhecimento que permitem imaginar, mas não preencher, as lacunas de um quadro que gostaríamos que fosse global, até porque a maior parte da história está centrada nas mãos de somente uma das partes envolvidas, o colonizador.

Na visão do colonizador assim eram os habitantes da terra descoberta:

Pardos, nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Traziam arcos nas mãos, e suas setas. (...) A feição deles é serem pardos, um tanto avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Nem fazem mais caso de

cobrir ou deixar de encobrir suas vergonhas do que de mostrar a cara. Acerca disso são de grande inocência. (...) E alguns, que andavam sem eles, traziam os beiços furados e nos buracos traziam uns espelhos de pau. (...). Também andavam entre eles quatro ou cinco mulheres, novas, que assim nuas, não pareciam mal. Entre elas andava uma, com uma coxa, do joelho até o quadril e a nádega, toda tingida daquela tintura preta; e todo o resto da sua cor natural. Outra trazia ambos os joelhos com as curvas assim tintas, e também os colos dos pés; e suas vergonhas tão nuas, e com tanta inocência assim descobertas, que não havia nisso desvergonha nenhuma (...). Davam-nos daqueles arcos e setas em troca de sombreiros e carapuças de linho, e de qualquer coisa que a gente lhes queira dar. (Trechos da Carta de Pero Vaz de Caminha acerca dos primeiros contatos entre índios e portugueses em 1500)

Nos trechos da carta de Caminha é inevitável verificar o “choque de culturas”, em que, apesar do primeiro encontro ser descrito por historiadores como pacífico, fica evidente o estranhamento de ambos os lados. Os indígenas estranhavam aquele povo com suas vestimentas e os portugueses estranhavam muito o fato dos nativos andarem nus.

Outra visão em relação ao nativo, apesar de elogios à beleza dos indígenas, é a ênfase dada ao seu caráter bárbaro (segundo a concepção dos próprios autores). Segundo Lima (2014),

Tais discursos, sendo regulados pelos interesses de colonizadores e de religiosos, expressam, através das palavras, seu ponto de vista eurocêntrico, esboçam interpretações limitadas, pois estão apenas valendo-se de um ponto da história, o ponto que silencia através de diversas ramificações (seus escritores) outras culturas (...). Consideradas como representantes do início da literatura escrita sobre o Brasil, as narrativas desse período tratam da chegada dos portugueses, assim como da flora e da fauna desta terra e dos costumes dos povos que aqui habitavam. Em sua grande maioria, enfatizam a riqueza da terra e o caráter bárbaro dos índios, que são enaltecidos como selvagens. Tais discursos também ocultam uma proposta mais ampla de dominação, tanto em termos territoriais, como em termos religiosos. (LIMA, 2014, p. 369)

Já na visão indígena o branco não passa de um mentiroso quando se refere ao descobrimento do Brasil. A seguir, através de sua cosmovisão, o índio Davi Yanomami descreve como se deu esse “descobrimento” e como o homem branco faz para apossar do que não lhe pertence.

Os brancos são engenhosos, têm muitas máquinas e mercadorias, mas não têm nenhuma sabedoria. Não pensam mais no que eram seus ancestrais quando foram criados. Nos primeiros tempos, eles eram como nós, mas esqueceram todas as suas antigas palavras. Mais tarde, atravessaram as águas e vieram em nossa direção. Depois, repetem que descobriram esta terra. Só compreendi isso quando comecei a compreender sua língua. Mas nós, os habitantes da floresta, habitamos aqui há longuíssimo tempo, desde que Omama nos criou. No começo das coisas, aqui só havia habitantes da floresta, seres humanos. Os brancos clamam hoje: "Nós descobrimos a terra do Brasil!". Isso não passa de uma mentira. Ela existe desde sempre e Omama nos criou com ela. Nossos ancestrais a conheciam desde sempre. Ela não foi descoberta pelos brancos! Muitos outros povos, como os Macuxi, os Wapixana, os Waiwai, os Waimiri-Atroari, os Xavante, os Kayapo e os Guarani ali viviam também. Mas, apesar disso, os brancos continuam a mentir para si mesmos pensando que descobriram esta terra! Como se ela estivesse vazia! Como se

os seres humanos não a habitassem desde os primeiros tempos! Nos primeiros tempos, os seres humanos eram muito numerosos nesta terra. É o que dizem nossos mais velhos. Não havia doenças perigosas, sarampo, gripes, malária. Estávamos sozinhos, não havia garimpeiros para queimar o ouro, fábricas para produzir ferro e gasolina, carros e aviões. A floresta e os que a habitavam não estavam o tempo todo doentes. Foi apenas quando os brancos se tomaram muito numerosos que sua fumaça-epidemia *xawara* começou a aumentar e a se propagar por toda parte. Essa coisa má se tomou muito poderosa e foi assim que as gentes da floresta começaram a morrer. Quando viviam sem os brancos nossos ancestrais não tinham fábricas, caçavam e trabalhavam em suas plantações para fazer crescer seu alimento. Também não sujavam todos os rios como esses brancos que agora procuram ouro em nossas terras. "Nós descobrimos estas terras! Possuímos os livros e, por isso, somos importantes!", dizem os brancos. Mas são apenas palavras de mentira. Eles não fizeram mais que tomar as terras das gentes da floresta para se pôr a devastá-las. Todas as terras foram criadas em uma única vez, as dos brancos e as nossas, ao mesmo tempo que o céu. Tudo isso existe desde os primeiros tempos, quando Omama nos fez existir. É por isso que não creio nessas palavras de descobrir a terra do Brasil. Ela não estava vazia! Creio que os brancos querem sempre se apoderar de nossa terra, é por isso que repetem essas palavras. São também as dos garimpeiros a propósito de nossa floresta: "Os Yanomami não habitavam aqui, eles vêm de outro lugar! Esta terra estava vazia, queremos trabalhar nela!". Mas eu, sou filho dos antigos Yanomami, habito a floresta onde viviam os meus desde que nasci e eu não digo a todos os brancos que a descobri! Ela sempre esteve ali, antes de mim. Eu não digo: "Eu descobri esta terra porque meus olhos caíram sobre ela, portanto a possuo!". Ela existe desde sempre, antes de mim. Eu não digo: "Eu descobri o céu!". Também não clamo: "Eu descobri os peixes, eu descobri a caça!". Eles sempre estiveram lá, desde os primeiros tempos. Digo simplesmente que também os como, isso é tudo. (NOVAES, 1999)

Muitas são as tentativas de mensurar ou qualificar povos, etnias e culturas propriamente indígenas, mas o que sabemos é que esse povo, chamado de “não integrados à comunhão nacional”, segundo historiadores, era e é riquíssimo em habilidades próprias e multitarefais, agregando ainda mais fascínio e, porque não medo, aos tais descobridores. Características como língua, rituais e alimentação norteavam as tribos que, quanto mais distantes se mantinham umas das outras, mais acentuavam suas peculiaridades.

Sabe-se, porém, que no século XVI os tupinambás e demais índios do Brasil viviam em sociedades simples, não existia entre eles propriedade privada, nem classes sociais. A terra pertencia a toda comunidade, e o que ali se cultivava era dividido entre as pessoas. A economia das comunidades era basicamente de subsistência. Apenas os instrumentos de trabalho e de caça eram individuais. O que era caçado, pescado e coletado também era dividido entre a comunidade.

Não existia um Estado e os caciques, ao contrário do que os europeus imaginavam, que eram reis ou chefes, não impunham sua vontade às pessoas, não possuíam privilégios e sequer eram eleitos. A aldeia apenas aceitava sua orientação. Entre vários nativos as decisões eram tomadas por uma assembleia de idosos e guerreiros, e todas as noites os homens reuniam-se para

discutir sobre os acontecimentos do dia e sobre o que fazer pela comunidade. Além disso, a posição do cacique estava sempre em aberto e ele deveria todo dia confirmar sua liderança.

Os nativos conheciam bastante as matas e os rios. A agricultura era rudimentar, apesar de possuírem técnicas esculpidas por séculos, e transformavam boa parte do que lhes cercava no local onde habitavam em matéria prima de subsistência. Os homens usavam machados de pedra, derrubavam as árvores para limparem a terra para que depois as mulheres pudessem fazer o plantio. Geralmente exploravam a terra por um período, depois era necessário deixá-la descansar e partiam para outras terras.

A produtividade não era alta e, segundo documentários, em algumas tribos havia períodos escassos, apesar dos índios serem bem nutridos. Os índios não viam a necessidade de estoques de alimentos, já que possuíam sabedoria suficiente para utilizá-los. Da lavoura indígena o grande destaque era a mandioca, e mais tarde a farinha se tornou um dos principais alimentos da colônia. Além disso, dominavam técnicas de extração e utilização de plantas com efeitos estimulantes e até curativos.

1.2 Afinal, quem é o “índio”?

Para Luciano Baniwa (2006), a denominação índio ou indígena, segundo os dicionários da língua portuguesa, significa nativo, natural de um lugar. É também o nome dado aos primeiros habitantes (habitantes nativos) do continente americano, os chamados povos indígenas. Mas esta denominação na verdade não passa, para alguns historiadores, do resultado de um mero erro náutico. O navegador italiano Cristóvão Colombo, em nome da Coroa Espanhola, empreendeu uma viagem em 1492 partindo da Espanha rumo às Índias, na época uma região da Ásia. Castigada por fortes tempestades, a frota ficou à deriva por muitos dias até alcançar uma região continental que Colombo imaginou que fossem as Índias, mas que na verdade era o atual continente americano.

O termo “índio”, por si só, já demonstra apenas um lado da história, uma vez que é comum ser empregado em escritos para designar pessoas cujo comportamento difere daquele dos colonizadores e missionários: seriam seres de costumes diferentes, receberam uma nomenclatura própria que, com o passar dos tempos, criou um imaginário indígena a partir de conceitos políticos e religiosos europeus. (...) Generalizando costumes de diversas etnias e fomentando uma ideia de acordo com os moldes estrangeiros, o imaginário criado pelos escritores que aqui estiveram durante e após a “descoberta” das novas terras na América possibilitou, e ainda possibilita a propagação de uma ideia, muitas vezes, inadequada dos povos indígenas, o que gera preconceitos e os colocam à margem da sociedade. (LIMA, 2014, p. 367, grifos do autor)

Nas palavras de Luciano Baniwa (2006), cada “índio” pertence a um povo, a uma etnia identificada por uma denominação própria, ou seja, a autodenominação, como o Guarani, o Yanomami, o Kayoa, etc.

Para Viveiros de Castro (2016), é necessário distinguir, portanto, as palavras “índio” e “indígena”, que muitos talvez pensem serem sinônimas, ou que “índio” seja só uma forma abreviada de “indígena”. Mas não é.

Todos os índios no Brasil são indígenas, mas nem todos os indígenas que vivem no Brasil são índios. Índios são os membros de povos e comunidades que têm consciência, seja porque nunca a perderam, seja porque a recobram, de sua relação histórica com os indígenas que viviam nesta terra antes da chegada dos europeus. Foram chamados de “índios” por conta do famoso equívoco dos invasores que, ao aportarem na América, pensavam ter chegado na Índia. (...) Ser indígena é ter como referência primordial a relação com a terra em que nasceu ou onde se estabeleceu para fazer sua vida, seja ela uma aldeia na floresta, um vilarejo no sertão, uma comunidade de beira-rio ou uma favela nas periferias metropolitanas. É ser parte de uma comunidade ligada a um lugar específico, ou seja, é integrar um ‘povo’. Ser cidadão, ao contrário, é ser parte de uma “população” controlada (ao mesmo tempo “defendida” e atacada) por um Estado. O indígena olha para baixo, para a Terra a que é imanente; ele tira sua força do chão. O cidadão olha para cima, para o Espírito encarnado sob a forma de um Estado transcendente; ele recebe seus direitos do alto. (...) Os índios são os primeiros indígenas do Brasil. As terras que ocupam não são sua propriedade, não só porque os territórios indígenas são “terras da União”, mas porque são eles que pertencem à terra e não o contrário. (VIVEIROS DE CASTRO, 2016, grifos do autor)

Os índios eram povos em sua maioria pacíficos. Quando os europeus aportaram foram recebidos com curiosidade e certa reverência. Tribos com características mais agressivas apresentavam mais resistência, porém, a missão desbravadora tinha muitas artimanhas e estratégias para lograr sucesso. A primeira delas foi a aproximação com tribos pacíficas que proporcionava importantes alianças e direcionamentos na abertura da chamada colonização.

No início do descobrimento, europeus de diversos países como Portugal, França e Holanda utilizaram-se dos índios como verdadeiros soldados na luta pela dominação e manutenção do poder. As tribos induzidas por esses homens brancos digladiavam-se entre si, sem saber que qualquer que ganhasse ou perdesse teriam o mesmo destino (Enciclopédia dos Povos Indígenas, 2006-2010).

É exemplar o próprio caso dos Tupiniquim. Por volta de 1530, quando a colonização do Brasil se iniciou na prática, eles se uniram aos portugueses na guerra contra os Tupinambá-Tamoio, aliados dos franceses. Foi uma aliança inútil: após vencerem os inimigos iniciais, os lusos logo se esqueceram do auxílio que os Tupiniquim lhes haviam prestado. Por volta de 1570, a tribo já estava virtualmente extinta. (BUENO, 2016, p. 89)

Os índios eram “aproveitados” de várias formas pelos colonos, como guias, caçadores, pescadores e até artesãos. Mas, nas próprias palavras de Ribeiro (1995), foi nos ventres das índias que se iniciou o maior benefício, foi ali que nasceu o povo brasileiro mameluco, que iria desbravar as novas terras com seus pés descalços alavancando o sucesso da expedição da era de Cabral. Os índios e seus descendentes mestiços seriam a mão de obra servil na construção da nova sociedade pseudo brasileira, liderada por europeus, que se tratavam de portugueses já advindos de uma sociedade desestruturada e que representavam uma parcela desarraigada do velho mundo.

O mameluco, filho mestiço do índio com o branco, advinha muitas vezes da prática do cunhadismo, em que a tribo indígena dava uma moça índia como esposa para incorporar o estranho a sua comunidade. Foi assim que a existência indígena proporcionou por um longo tempo a subsistência branca. As primeiras gerações que aqui chegaram e que aqui se formaram viviam em grande paridade com costumes indígenas, especialmente no que se diz respeito à alimentação, cultivo e técnicas de sobrevivência.

Mas não podemos deixar de salientar o alto preço do encontro entre índios e brancos. A inevitável aculturação fez com que índios e mamelucos se tornassem dependentes e até mesmo escravos da tecnologia trazida pelo colonizador, como é descrito a seguir:

Frequentemente tinham atitudes ambivalentes em relação aos civilizados, motivados, de um lado, pelo temor fundamentado em toda a experiência tribal, que ensinava a só esperar desgraças do homem branco, e, por outro lado, pelo encantamento mais entusiástico pelos instrumentos super cortantes e por tudo o que puderam ver de um equipamento superior de ação sobre a natureza. Suas atividades começam a sofrer uma diversificação profunda pela necessidade de, além das tarefas ordinárias de provimento da subsistência, serem obrigados a dedicar um tempo crescente a produção extra de artigos para troca com os brancos ou a se alugarem como força de trabalho. Sua cultura e sua língua começam a sofrer modificações que refletem as novas experiências. (RIBEIRO, 1996, p. 260)

Para toda essa complexidade de fatores a cosmovisão indígena, segundo Barbosa e Gomes (2013), inclui os aspectos que se manifestam na forma como os indígenas percebem o mundo e na forma como interagem com os demais, na forma como se comunicam, vestem-se e também sobre o que comem, bem como em relação às crenças e valores que professam.

(...) a cosmovisão é dinâmica e não envolve somente o ser humano nesse espaço, muito pelo contrário, ele é coletivo, portanto, a relação se apresenta no tempo-espaço como categoria que envolve a vivencialidade imediata, concreta, podendo viver na prática o conhecimento e os ensinamentos dos ancestrais, onde o espaço-tempo do passado está presente no tempo atual de diferentes formas, que tanto pode estar relacionado com os acontecimentos do cotidiano, como os acontecimentos relacionados com a

espiritualidade. Outro ponto importante nesse saber compartilhado com a comunidade é a sabedoria que não é encontrada nas teorias e sim nas potencialidades, que refletem uma forma de pensar-agir através do espaço-tempo em que essas potencialidades e sabedorias acontecem (BARBOSA, 2011, p.78 *apud* BARBOSA; GOMES, 2013).

A cosmologia indígena também faz parte de todo o contexto sociocultural dos povos indígenas, sendo que, para Baniwa (2006), cada povo indígena constitui-se como uma sociedade única, na medida em que se organiza a partir de uma cosmologia particular própria que baseia e fundamenta toda a vida social, cultural, econômica e religiosa do grupo. Deste modo, a principal marca do mundo indígena é a diversidade de povos, culturas, civilizações, religiões, economias, enfim, uma multiplicidade de formas de vida coletiva e individual. (LUCIANO BANIWA, 2000, p.31)

O índio Yanomami Davi Kopenawa, ainda em sua entrevista, e através de sua cosmovisão narra como o branco se fazia de amigo para acabar com os índios.

Nós, os brancos, somos bons e generosos, damos presentes e alimentos! Vamos viver a seu lado nesta terra com vocês! Seremos seus amigos!". Era com essas mesmas mentiras que tentavam nos enganar desde que também chegaram a nós, diz Davi. Depois dessas primeiras palavras de mentira eles foram embora e falaram entre si. Depois voltaram muito numerosos. No começo, sem casa nesta terra, ainda mostravam amizade pelos índios. Tinham visto a beleza desta floresta e queriam se estabelecer aqui. Mas desde que se instalaram realmente, desde que construíram suas habitações e abriram suas plantações, desde que começaram a criar gado e a cavar a terra para procurar ouro, esqueceram sua amizade. Começaram a matar as gentes da floresta que viviam perto deles. (NOVAES, 1999)

A terra que outrora era habitada por muitas tribos, agora começava a tomar forma com a miscigenação e com o extermínio de grande parte dos índios. Não só de portugueses descendiam os mamelucos, mas também de holandeses, franceses, alemães e ingleses que aportavam na esperança de conseguirem uma boa fatia da terra.

Enquanto disputas locais eram solucionadas, colônias eram formadas em várias partes do país. A Coroa Portuguesa também tratou de instituir um regime próprio, enviando mais portugueses capazes de formar o novo Estado. Entre os próprios portugueses já havia uma grande distinção entre aqueles que lidariam com a terra e os que tratariam dos interesses de Portugal. Em qualquer das hierarquias os índios eram muito bem aproveitados. Como lavradores possuíam conhecimento específico da terra e das regiões, como mão de obra servil eram fortes e prestativos.

Portanto, para Viveiros de Castro (2006), os índios foram e são os primeiros Involuntários da Pátria. Os povos indígenas originários viram cair sobre sua cabeça uma “Pátria” que não pediram, e que só lhes trouxe morte, doença, humilhação, escravidão e despossessão.

Junto a essa pátria estavam, além dos colonizadores, os jesuítas. Os religiosos tratavam de exercer seu papel na missão de colonizar e desbravar a terra e adestrar os nativos, fossem eles os gentios, fossem os selvagens.

1.3 A domesticação através de uma “nova fé”

Os jesuítas chegaram com os desbravadores com a missão de “trazer conhecimento religioso” e domesticar possíveis selvagens. A igreja católica, predominante em Portugal, tinha influência direta no governo e no poder.

O missionário era uma categoria da maior importância, devendo-se salientar que não somente os jesuítas, mas também os capuchinhos, os franciscanos, os mercedários etc. se destacaram no trabalho com indígenas. Atuavam de formas diversas, e mesmo dentro de uma determinada ordem religiosa se encontravam aqueles preocupados com a ampliação do patrimônio da ordem e aqueles preocupados com a conversão do gentio. Daí ordens religiosas como a dos jesuítas terem se apropriado de grandes latifúndios e adquirido grande escravaria, enquanto capuchinhos, apegados aos ensinamentos de São Francisco, relutavam em adquirir propriedades. (AZEVEDO; MONTEIRO, 1996, p. 159)

Existe a eterna discussão sobre os reais motivos pelos quais os jesuítas acompanhavam as expedições. Em livros de história fala-se muito em educação e ensino religioso e sobre a língua para melhor socialização dos povos. Mas, num estudo aprofundado, podemos avaliar que a inserção desse fator religioso e cultural somente contribuiu ainda mais com a captura dos índios com objetivos escravagistas e exploratórios, de roubar suas terras, além de inserir uma culpa religiosa desnecessária num povo que já possuía seus princípios moldados por sua cultura milenar. Nesse sentido, não podemos deixar de destacar que havia aqueles que eram contra a dominação e exploração dos indígenas.

A posição dos missionários era contraditória, uma vez que seus compromissos religiosos levavam a procurar converter os indígenas mediante a destruição das suas crenças e da sua organização social, facilitando a dominação dos colonos. Ao mesmo tempo havia os que se opunham ao tratamento dado aos indígenas e os defendiam da ganância dos conquistadores, como o padre Antônio Vieira, jesuíta famoso e o frade José de Barbarolo, que não dava absolvição aos proprietários de índios escravizados em guerra que não fosse considerada justa. De qualquer forma, quando os colonos ricos derrotavam os indígenas

e os aldeavam sob a guarda de missionários, estes colaboravam com a política de consolidação do latifúndio, pois as aldeias eram reservatórios de força de trabalho a ser utilizada de forma gratuita ou por baixo custo nos momentos de maior necessidade, e os indígenas sedentarizados tornavam-se presas mais fáceis do colonizador. AZEVEDO, MONTEIRO (1996, p. 159-160)

No dia 26 de abril, segundo Bueno (2016), Cabral mandou então que fosse montado um altar “mui bem arranjado” onde o frei D. Henrique cantou a missa junto com os demais frades e capelães. Esse momento foi descrito por Caminha a D. Manoel como sendo as primeiras imagens dos nativos como o “bom selvagem”.

De fato, ao observar que os nativos eram “muito bem cuidados e muito limpos, tão gordos e tão formosos que mais não podem ser”, Caminha comparou-os a “aves e animais monteses, aos quais o ar faz melhor pena e melhores penugens que aos domesticados”. Achou, por isso, que os nativos não tinham casas nem moradas, vivendo ao ar livre. Este equívoco Caminha logo corrigiria, pois naquela mesma tarde, Afonso Ribeiro seguiu os Tupiniquim até sua aldeia, que ficava a uns 10 quilômetros da praia, e viu suas choupanas cobertas de palha. Mas outra vez não lhe permitiram pernoitar lá. (BUENO, 2016, p.96, grifos do autor)

Na sexta-feira, primeiro dia de maio e penúltimo da esquadra de Cabral no Brasil, segundo Bueno (2016), após ser erguida uma cruz, logo se formou uma romaria em que cerca de 150 índios participaram da celebração. Embora a cruz representasse um símbolo religioso de devoção à fé cristã, ela foi fincada com dois outros propósitos. O primeiro era assegurar a posse da terra em nome de D. Manoel e, o segundo e mais importante, era assinalar para os futuros navegantes lusos o local onde não só havia uma boa aguada como o ponto exato em que dois degredados seriam deixados.

Nesse período pós-descobrimento e de exploração territorial de conhecimento os índios foram vistos e utilizados como trabalhadores e geradores de mão de obra, ainda que para o colonizador, na sua grande maioria, fossem seres preguiçosos, foram eles que começaram a construir as vilas que serviriam como morada e ponto de demarcação territorial da coroa portuguesa e da igreja.

Foi nas vilas que a igreja mais utilizou a mão de obra indígena na obtenção de suas riquezas territoriais, que posteriormente eram enviadas à matriz em Portugal. Com a ajuda de índios domesticados pela religião e iniciados numa cultura ocidental religiosa e linguística, jesuítas abriram caminho para que as escravizações de outros índios ocorressem, proliferando a prática entre os que chegavam.

Assim perdurou por tempos até que índios e mestiços de diversas partes começaram a cansar-se da moeda do escambo e a perceber que a liberdade cerceada juntamente com os efeitos da chamada civilização branca não valia a pena, e começaram a rebelar-se e resistir à imposição do homem branco. Quando isso aconteceu, não podemos estimar ao certo quantos índios haviam cedido ou sido obrigados ao trabalho e nem quantos foram extintos por pestes aportadas na nova terra.

As vilas fundadas pelos missionários eram na maioria terra dos próprios índios. Assim como as vilas para a expansão da fixação local europeia os jesuítas loteavam terras das tribos nas quais haviam instaurado o ensino religioso, o que ocasionou muitos conflitos e rebeliões locais.

Os confrontos religiosos, segundo o Instituto Sócio Ambiental (2002), perduram ainda por vários séculos. Um deles foi a revolta do Uaupés no século XIX. Essa etnia vive às margens do Rio Uaupés e seus afluentes (Tique, Papuri, Querari e outros menores) e integra atualmente 17 etnias que fazem parte de uma rede de troca, que inclui casamento, rituais e comércio, compondo, assim, um conjunto cultural e social definido, comumente chamado de “sistema social do Uaupés”.

Na beira do Rio Negro, já no ano de 1883, as atividades dos missionários começaram com a chegada de franciscanos ao Uaupés. Os índios deviam consagrar um dia da semana à construção das casas para as autoridades religiosas e militares da Igreja e da cadeia. Os franciscanos tentaram acabar com as atividades dos pajés locais e passaram a controlar a venda de escravos índios, que agora só poderia acontecer mediante sua autorização. Um desses franciscanos, Frei Illuminato Coppi, é descrito pelas fontes históricas como um homem violento, intolerante, não hesitando em ridicularizar os costumes e as crenças indígenas. Em várias ocasiões ele expôs à vista das mulheres e das crianças as máscaras e os instrumentos de música sagrados, que eram proibidos de serem vistos por elas. Sua última provocação, no dia 28 de outubro do mesmo ano em Ipanoré, fez com que os índios se revoltassem e expulsassem os missionários franciscanos. Esse caso foi um dos vários que aconteceram durante a catequização forçada dos povos nativos. (Instituto Sócio Ambiental, 2002)

Segundo Ribeiro (1996, p. 57), sempre houve, tanto por parte dos portugueses quanto dos espanhóis, uma intenção de minimizar os números reais da população indígena na época do descobrimento, na clara intenção de minimizar também o genocídio e as consequências da invasão. Mas o fato é que foram contabilizados em torno de 5 milhões de indígenas, o que não é unanimidade, mas tampouco exagero, haja vista a vastidão do território. Ao reconhecermos esse

número temos ideia da quantidade de seres humanos, de características e culturas próprias, impactados com a chegada invasiva do homem branco. Muitos até se extinguíram somente pelo fato do contato com aquele que traria ao paraíso tropical doenças por muitos anos incubadas na Europa. Outros mais com a obrigação do trabalho servil e ainda aqueles que morreram lutando ou de tristeza.

Os chamados neobrasileiros eram a mistura entre índios, brancos e negros que aqui estavam. Esse novo povo dividia-se entre culturas, língua e raças diferentes, que aos poucos foi se moldando num novo ambiente sociocultural. Sabe-se que a matriz tupi foi a linguagem utilizada por muitos anos e que a língua portuguesa se tornou língua materna dos brasileiros no decorrer do século XVIII.

De acordo com Ribeiro (1996), os nativos foram os grandes contribuidores da cultura brasileira atual e várias características étnicas podem ser encontradas espalhadas por todo o país. Não há uma só cidade que não possua um nome indígena ou algum tipo de herança cultural de nossos antepassados. Em toda a extensão do país encontramos cidades, rios, ruas e praças com nomes de origem indígena. Muitos de nossos principais pontos turísticos recebem denominações indígenas, como por exemplo, Cataratas do Iguaçu no estado do Paraná, o estádio de futebol do Maracanã no Rio de Janeiro, as cidades de Mogi Guaçu e Mogi Mirim em São Paulo, entre outras.

Todos os povos ameríndios foram responsáveis de certa forma pela evolução dos povos americanos, estampando suas características desde a invasão. Juntamente com os povos africanos e os imigrantes deram origem a uma nova gente, a uma “nova fé”, a um novo país.

CAPÍTULO 2

POLÍTICAS INDIGENISTAS NO BRASIL, AVANÇOS E DESAFIOS

Para Saulo Feitosa, Vice-Presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a questão da política indigenista é um problema desde a construção do Estado brasileiro. Isso já dificulta a elaboração e a construção dessas políticas. Além disso, há uma visão colonialista que, embora tenha sofrido algumas alterações, ainda subsiste. O governo ainda não desenvolve políticas indigenistas da forma correta, pois em vez de investir na coordenação dessas ações, acaba pulverizando-as entre os ministérios. De acordo com ele, as políticas relacionadas à saúde, à educação e aos procedimentos de demarcação de terra indígena ainda são os mais preteridos. “Não há uma coordenação onde o governo possa pensar os povos indígenas de maneira integral. Cada ministério faz uma política específica para os povos indígenas. Atuando de maneira fragmentada, há dispersão de investimentos e dos recursos públicos” (JINKINGS, 2011, p. 87)

A política social do governo tem sido pensada para uma população pobre genérica, e tal conceito de “pobreza” não se encaixa perfeitamente na situação de muitos povos indígenas. (...) Atualmente, há no Cadastro Único do governo (gerido pelo MDS) cerca de 80 mil famílias indígenas cadastradas como pobres ou extremamente pobres e mais de 60 mil recebem o Bolsa Família. Essa é uma de inúmeras políticas nem um pouco pensada para os diversos contextos indígenas, sendo aplicada assim, tão amplamente, e sem considerar nenhum tipo de especificidade. Estamos muito longe de oferecer subsídios ao empoderamento, ao exercício da autonomia dos povos indígenas, bem como da organização de políticas de governo e processos avaliativos baseados nos princípios da diversidade, da participação, e da construção de uma cidadania diferenciada. Diante desse quadro, os povos indígenas, não tem permanecido inertes. Instituto Sócio Ambiental (2006/2010, p. 93)

Assim como destaca o próprio Vice-Presidente do CIMI, Saulo Feitosa, a política estatal ainda segue pressupostos colonialistas, isso é inegável. Tanto no que se refere à cidadania, quanto à educação, cultura, saúde, os povos indígenas ainda têm muito a conquistar.

Para as lideranças indígenas, portanto, essas políticas assistencialistas ou paternalistas não passam de uma manobra do próprio governo para, assim, subtrair ainda mais seus direitos, pois é através dessas políticas que o governo mantém os povos indígenas à margem, muitos até esquecidos.

2.1 O índio e a proteção do Estado. Existe proteção?

A primeira vez que o índio ganhou *status* de proteção no Brasil foi com o Alvará Régio de 1º de abril de 1680, confirmado pela lei de 6 de junho de 1775, que versava sobre a liberdade das pessoas e bens e comércio dos índios do Pará e Maranhão. Por outras legislações seguintes, a Coroa legislou sobre possíveis direitos do nativo, porém sem sucesso, foram tentativas de normativas sobre terra, proteção e até sobre missões, estabelecendo diretrizes sérias sobre os mesmos. A coroa estava atrasada em suas tratativas já que data do século XVI Bartolomé de Las Casas, frei espanhol participante das expedições de Colombo já defendia o direito pleno dos índios, legitimado pelo direito originário, no seu ensaio histórico intitulado “Princípios para defender a justiça dos índios”. (LAS CASAS, 2011, p. 39).

Mais tarde, a partir da interpretação do § 1º do artigo 24 do Decreto nº. 1.318, de 30 de janeiro de 1854, que regulamentava a Lei nº. 601, de 18 de setembro de 1850, que o jurista João Mendes Júnior, em 1912, formulou a tese do indigenato, em que afirmava que o nativo tinha todo o poder sobre a terra da qual sempre foi proprietário (MENDES JUNIOR, 1912).

Com discussões sobre terra e poder tomando formas históricas e culturais o índio passou a ser inserido na legislação de maneira constante, tendo alguns direitos assegurados. Vale lembrar que as dimensões territoriais indígenas quase sempre estão inseridas em áreas de grande riqueza natural e produtiva.

Em 1961 foi criado o Parque Indígena do Xingu pelo então Presidente da República Jânio Quadros, tendo sido a primeira terra indígena homologada pelo governo federal. Seus principais idealizadores foram os irmãos Villas Bôas, mas quem redigiu o projeto foi o antropólogo e então funcionário do Serviço de Proteção ao Índio, Darcy Ribeiro. A ideia de criação do Parque tomou forma numa mesa-redonda convocada pela Vice-Presidência da República em 1952, da qual resultou um anteprojeto de um Parque muito maior do que o que veio finalmente a se concretizar. Apesar dos poderes legislativo e executivo do Mato Grosso estarem representados nessa mesa-redonda, inclusive por seu governador, o estado começou a conceder, dentro desse perímetro, terras a companhias colonizadoras. Por isso, quando foi finalmente criado o Parque Nacional do Xingu, pelo Decreto nº 50.455, de 14/04/1961, assinado pelo Presidente Jânio Quadros, sua área correspondia a apenas um quarto da superfície inicialmente proposta. O Parque foi regulamentado pelo Decreto nº 51.084, de 31/07/1961; ajustes foram feitos pelos Decretos nº 63.082, de 6/08/1968, e nº 68.909, de 13/07/1971, tendo sido finalmente feita a demarcação de seu perímetro atual em 1978 (Instituto Sócio Ambiental, 2002).

Em 1967 foi autorizada e no ano seguinte criou-se a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que tinha o objetivo de unir as instituições autônomas do Serviço de Proteção aos Índios, o Conselho Nacional de Proteção aos Índios (cuja criação data de 1939) e o Parque Indígena do Xingu.

Em 1988, a Constituição Federal trouxe em seu texto:

CAPÍTULO VIII DOS ÍNDIOS

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.

§ 7º Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, § 3º e § 4º.

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

Podemos ver que tanto a Constituição quanto o Estatuto do Índio ao versarem sobre a proteção dos nativos trazem em seus textos modernos conceitos já aplicados com raízes colonizadoras, não obtendo sucesso em conferir à população indígena a segurança e a proteção de direitos das quais é possuidora.

Vale mostrar um caso atual, em que a proteção do Estado, através da interpretação da Lei por juristas, contradiz a intenção dos criadores da chamada Constituição cidadã. O índio, como todo brasileiro, tem o direito de votar. Tem também o direito de exercer a defesa de seus interesses.

Entendemos que escolher a liderança do país onde moram faz parte desse interesse. No ano de 1997, em uma decisão judicial que não foi de modo nenhum polemizada, um desembargador entendeu que um índio havia perdido o direito à remarcação de sua terra, pois havia votado e, por isso, não poderia ser considerado índio. Em manifestação no Agravo de Instrumento n.º 41.530-RR o Ministro Adhemar Raymundo, do antigo Tribunal Federal de Recursos, funcionando como Ministro-Relator, assim se manifestou na ementa do Acórdão do qual logo a seguir transcrevemos alguns trechos:

SILVÍCOLA - Assistência a este é desnecessária quando se comprova estar ele integrado na civilização há muitos anos, inscrito até como eleitor na zona eleitoral do seu domicílio, desde o ano de 1958. (DJ de 7 de maio de 1981):

Nego provimento ao agravo. A FUNAI entende dever ingressar no feito que corre perante o Juízo de Roraima, entre Epitácio Andrade Lucena e Júlio Magalhães, sob a alegação de que este é silvícola. Todavia, sem que se fizesse qualquer prova nesse sentido entendeu, acertadamente, o Dr. Juiz de indeferir o requerimento da agravante. A alegação é deste, referente à condição de silvícola do demandado. A ele, pois, o ônus de provar. Se não o fez, prevalece o estado da pessoa, resultante da sua condição de eleitor, como provado nos autos. Assim, pelo depoimento de fls. 45, se verifica, indubitavelmente, que o Sr. Júlio Magalhães se inscreveu eleitor em 1959, na Zona Eleitoral de Boa Vista, do Território Federal de Roraima. Destarte, exerceu, decerto, os direitos assegurados a todo cidadão brasileiro pela lei eleitoral, sem quaisquer limitações. A sua origem silvícola não lhe dá mais a condição de tutelado, pois integrado na civilização, como provado. Oportuno lembrar o ensinamento de Clóvis Bevilácqua: "O Código usa da palavra silvícola para tornar claro que se refere aos habitantes da floresta e não aos que se acham confundidos na massa geral da população, aos quais se aplicam os preceitos do direito comum." (FALCÃO, 1997)

Os índios são incentivados a se integrarem à comunhão nacional, porém, se assim o fazem através do voto não carecem e não merecem a proteção do Estado, segundo entendem os juristas nacionais. Paradoxo entre querer integrar e proteger, porém, expurgando-o e tentando retirá-lo de sua própria identidade cultural, vez que ele se vê optante por "tentar participar" da sociedade dominante.

Todo esse aparato jurídico atual, na prática, é idealizado pela política colonizadora do XVII. Mudam-se os séculos, mas a lógica é a mesma.

Com José Bonifácio, a questão indígena torna a ser pensada dentro de um projeto político mais amplo. Trata-se de chamar os índios à sociedade civil, amalgamá-los assim à população livre e incorporá-los a um povo que se deseja criar. E no fundo o projeto pombalino, mas acrescido de princípios éticos: para chamar os índios ao convívio do resto da nação, há que tratá-los com justiça e reconhecer as violências cometidas. É verdade que, se tivesse sido aplicado esse projeto, apresentado pelo autor nas cortes portuguesas

e na Constituinte de 1823 onde foi muito aplaudido, teríamos assistido a um etnocídio generalizado: a justiça de que fala José Bonifácio consistia na compra das terras dos índios em vez da usurpação direta. (CUNHA, 2002, p. 137)

Nas palavras de Viveiros de Castro (2006), o Estado é sempre único, total, um universo em si mesmo. Ainda que existam muitos Estados-nação, cada um é uma encarnação do Estado Universal, é uma hipóstase do Um. O povo tem a forma do Múltiplo. Forçados a se descobrirem “índios”, os índios brasileiros descobriram que haviam sido “unificados” na generalidade por um poder transcendente, unificados para melhor serem desmultiplicados, homogeneizados, abasileirados.

O direito à organização social é representado pela existência de instituições próprias a cada comunidade indígena, por meio de uma jurisdição indígena e suas peculiares formas de resolução de conflitos. Embora a Constituição não tenha disposto, como a colombiana, que expressamente reconhece a jurisdição indígena, pode ela ser regulamentada em lei específica, por exemplo, o Estatuto dos Povos Indígenas (FALCÃO, 1997).

O direito de participação se especifica pelo direito: a) de participação política; b) de consulta prévia; c) de participação geral, o que engloba terra, seguridade, saúde, educação e contatos e cooperação através das fronteiras.

O direito de participação política decorre do fato de que o índio é membro da comunidade nacional e, não sendo mais tratado como relativamente incapaz, tem os direitos políticos assegurados como a qualquer outra pessoa não índia. Sua especificidade milita em seu benefício, sendo mesmo o caso de se flexibilizar determinadas exigências legais documentais para seu alistamento eleitoral, por exemplo, dispensando-se o certificado de quitação do serviço militar.

O Estatuto do Índio, Lei 6001/73, encarrega o Estado de prover a total integração do índio à vida comunitária, com o exercício pleno de seus direitos, se esse assim o desejar. No corpo da Lei podemos observar:

Art. 2º Cumpre à União, aos Estados e aos Municípios, bem como aos órgãos das respectivas administrações indiretas, nos limites de sua competência, para a proteção das comunidades indígenas e a preservação dos seus direitos:

I - estender aos índios os benefícios da legislação comum, sempre que possível a sua aplicação;

II - prestar assistência aos índios e às comunidades indígenas ainda não integrados à comunhão nacional;

III - respeitar, ao proporcionar aos índios meios para o seu desenvolvimento, as peculiaridades inerentes à sua condição;

IV - assegurar aos índios a possibilidade de livre escolha dos seus meios de vida e subsistência;

V - garantir aos índios a permanência voluntária no seu habitat, proporcionando-lhes ali recursos para seu desenvolvimento e progresso;

VI - respeitar, no processo de integração do índio à comunhão nacional, a coesão das comunidades indígenas, os seus valores culturais, tradições, usos e costumes;

VII - executar, sempre que possível mediante a colaboração dos índios, os programas e projetos tendentes a beneficiar as comunidades indígenas;

VIII - utilizar a cooperação, o espírito de iniciativa e as qualidades pessoais do índio, tendo em vista a melhoria de suas condições de vida e a sua integração no processo de desenvolvimento;

IX - garantir aos índios e comunidades indígenas, nos termos da Constituição, a posse permanente das terras que habitam, reconhecendo-lhes o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes;

X - garantir aos índios o pleno exercício dos direitos civis e políticos que em face da legislação lhes couberem.

"Estatuto do Índio" é o nome pelo qual ficou conhecida a Lei 6.001, promulgada em 1973. Ela dispõe sobre as relações do Estado e da sociedade brasileira com os índios. Em linhas gerais, o Estatuto seguiu um princípio estabelecido pelo velho Código Civil brasileiro (de 1916): de que os índios, sendo "relativamente incapazes", deveriam ser tutelados por um órgão indigenista estatal (de 1910 a 1967, o Serviço de Proteção ao Índio - SPI; atualmente, a Fundação Nacional do Índio - FUNAI) até que eles estivessem "integrados à comunhão nacional", ou seja, à sociedade brasileira. A Constituição de 1988 rompe esta tradição secular ao reconhecer aos índios o direito de manterem a sua própria cultura. Há o abandono da perspectiva assimilacionista, que entendia os índios como categoria social transitória, a serem incorporados à comunhão nacional. A Constituição não fala em tutela ou em órgão indigenista, mas mantém a responsabilidade da União de proteger e fazer respeitar os direitos indígenas. Apesar de não tratar de maneira expressa da capacidade civil, a Constituição reconheceu no seu Artigo 232 a capacidade processual ao dizer que "os índios, suas comunidades e organizações, são partes legítimas para ingressar em juízo, em defesa dos seus direitos e interesses". Significa que os índios podem, inclusive, entrar em juízo contra o próprio Estado, o seu suposto tutor. (Povos Indígenas no Brasil, 1980/2013)

Alguns países europeus numa linha contrária aos que foram responsáveis diretamente pela destruição de muitas etnias têm criado e apoiado estudos e iniciativas de incentivo em prol das populações indígenas. Em 1983, a Noruega criou uma linha específica de apoio aos povos indígenas. O Brasil, devido a sua diversidade histórica dos povos e ao tamanho de seu território, foi o país piloto escolhido para receber recursos dessa iniciativa, que se estende até os dias atuais. O compromisso norueguês em prol da causa indígena foi reforçado em 1989 com a criação do

Parlamento indígena Sami na Noruega e, em 1990, por ter sido o primeiro país a ratificar a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em 2002, o Brasil ratificou essa Convenção, integrando o grupo dos países que aderiram às normativas. A Noruega vem firmando parcerias de longa duração com várias associações indígenas e organizações não governamentais indigenistas no Brasil. O foco tem sido o apoio institucional, muitas vezes em conjunto com atividades de monitoramento, planejamento e capacitação. Nas últimas três décadas, o apoio norueguês tem contribuído significativamente para o desenvolvimento e fortalecimento do movimento indígena no Brasil. Também realizou uma exposição que ilustra, em retrospecto, momentos históricos das últimas décadas da luta incessante dos índios por representação política e defesa dos direitos. (Povos Indígenas no Brasil, 2006/2010)

O Novo Código Civil (2002), em consequência, retira os índios da categoria de relativamente incapazes e dispõe que a capacidade dos índios será regulada por legislação especial. Desde a promulgação da Constituição surgiram propostas em tramitação no Congresso para rever a legislação ordinária relativa aos direitos dos índios. A partir de 1991, projetos de lei foram apresentados pelo Executivo e por deputados para regulamentar dispositivos constitucionais e para adequar a velha legislação aos termos da nova Carta. Em 1994, uma proposta de Estatuto das Sociedades Indígenas foi aprovada por uma comissão especial da Câmara dos Deputados, mas encontra-se paralisada em sua tramitação. (Povos Indígenas no Brasil, 1980/2013)

2.2 Os desafios em “ser índio” na atualidade e a cosmovisão indígena

Para Ribeiro (2006), a enorme extensão territorial e a desigualdade de desenvolvimento das suas várias regiões fazem do Brasil um país de violentos contrastes, em que tribos indígenas ainda são vítimas do preconceito e da brutal e cruel ascensão do capitalismo. Aquilo que para o Brasil litorâneo é a história mais remota, só registrada nos documentos da colonização, para o Brasil interior é crônica atual.

Imagine um lugar onde as pessoas têm expectativa de vida inferior à de países africanos em guerra, onde a taxa de assassinatos é semelhante à dos bairros mais violentos de São Paulo e Rio de Janeiro, e onde as taxas de suicídio estão entre as maiores do mundo. Imagine que, além disso tudo, essa é a terra onde você nasceu, mas que lhe foi retirada a força por pessoas que se instalaram ali com o apoio do governo do seu próprio país, obrigando-o a se refugiar no país vizinho para sobreviver. E, se não bastasse tudo isso, quando você tentou voltar para recuperar o que era seu por direito, foi tachado de

estrangeiro. Imagine mais: uma situação de racismo tal qual você não pode frequentar um hospital, delegacia ou escola, nem ouvir a rádio, assistir as TVs ou ler os jornais sem ser humilhado cotidianamente. (Povos Indígenas no Brasil, 1980/2013, 2011, p. 692)

O professor João Pacheco de Oliveira (1998) aborda sabiamente a dificuldade de o índio contemporâneo identificar-se dentro de qualquer padrão cultural ou étnico que seja. Esse desencontro se dá especialmente pela condição a que foram submetidos à época da invasão. Muitos índios saíram de suas terras habituais e migraram para locais distantes, outros tantos foram dizimados ou submetidos a novas culturas. Os povos indígenas do Nordeste, que hoje buscam uma identificação cultural e têm sua genealogia tratada como “misturada” pelos pesquisadores, é um grande exemplo desse contexto político “inventado” pelo branco, como diria Davi Yanomami.

Quanto mais distantes da colonização inicial estavam os índios, mais conseguiam manter suas características culturais e próprias e, porque não dizer, vitais. Porém a grande maioria não conseguiu devido à interferência externa, perdendo assim parte de sua identidade cultural.

O indígena reagiu quanto pode ao processo de dizimação e de espoliação mas foi prejudicado tanto pela desigualdade das armas como pelas rivalidades existentes entre eles. (...) Fraco diante dos conquistadores, o indígena foi esgarçado até o século XVIII ou dizimado em grande parte. Muitos se refugiaram em áreas interiores de mais difícil acesso, onde em alguns países, vivem isolados ou com pouco contato com a civilização até os dias de hoje, como ocorre na Venezuela e no Brasil. No século XX, com a abertura de estradas cortando o interior e com a exploração desenfreada de minérios e das florestas, grande parte das nações indígenas vem sendo destruída, dizimada, a fim de que grandes grupos econômicos se apossassem dos seus bens. No Brasil, algumas nações foram praticamente destruídas, como os uiamiri-atroaris, ou estão em processo de destruição, como os ianomâmis. (AZEVEDO; MONTERIO, 1996, p. 160)

Muito se tem feito para que direitos necessários à subsistência de povos indígenas sejam de fato implementados, e para que as etnias que sobreviveram não sejam extintas, mas o que temos visto são documentos que se arquivam e votações que param em algum determinado momento ou simplesmente são “deixadas para depois”, muitas vezes, em prol de uma política latifundiária, assim muitas das conquistas acabam ficando dentro de gavetas deixando a população indígena refém de um sistema que deveria defendê-la, dificultando de todas as formas o direito em se permanecer índio.

Os confrontos pela posse da terra são uma constante desde a colonização do Brasil. Segundo Lazzarato (2006), nas relações do governo com seus aliados, chama a atenção a perigosa subserviência aos ruralistas (setor agropecuário), que claramente integram os diferenciais de ganho e de poder e que assim recebem também tratamento diferenciado.

Este segmento vem revelando, ao longo da história, uma face cruelmente depredadora dos recursos da natureza (destruição de florestas e de matas ciliares, poluição de mananciais de água, por exemplo) e, em muitos casos, vale-se da exploração de mão de obra humana, submetendo trabalhadores a tarefas análogas à escravidão. Vale lembrar que esses ruralistas conseguiram a posse de suas terras através de força brutal expulsando os índios de suas terras a preços irrisórios, promovendo a grilagem ou recebendo terras a preços simbólicos, como é o caso noticiado pela imprensa das propriedades da senadora Kátia Abreu em Tocantins (e não ao acaso ela também é Presidente da CNA – Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária). (LAZZARATO, 2006)

Revivendo os episódios da invasão, a nova geração indígena enfrenta os mesmos problemas de seus antepassados. Agora, delimitados em suas terras cada vez menores, sofrem com problemas trazidos desde a descoberta como fome, doenças, falta de segurança, dentre outros.

Quando se trata de modo de viver, essa realidade de exclusão se acentua ainda mais. É difícil o homem branco compreender um modo de vida diferente daquele submetido ao capitalismo.

Na obra “Há mundo por vir?”, que fala basicamente sobre o fim do mundo por meio de uma visão filosófica, Danowski e Viveiros de Castro fazem uma crítica feroz ao capitalismo moderno desenfreado em que o homem deixou de ser um ser biológico e passou a ser uma força biológica, em que destrói, em prol desse capitalismo, a natureza. Também se trata de uma obra voltada à cosmologia indígena e que se deleita nas teorias evolutivas e formadoras de pensamento. A magnífica obra, porém de difícil compreensão, cita obras fictícias milenares e atuais, servindo como forma de se pensar o outro em sua diversidade. Os autores explanam sabiamente sobre a condição humana da terra fazendo uma discussão acerca de duas possibilidades diferentes: o mundo sem os seres humanos e os seres humanos sem o mundo. Ou seja, após o fim, o que terá acabado: nós ou a Terra?

Diz o autor: ‘Tudo era humano, mas tudo não era um. A humanidade era uma multidão polinômica; ela se apresentou desde o início sob a forma da multiplicidade interna, cuja externalização morfológica, isto é, a especiação, é precisamente a matéria da narrativa cosmogônica. É a Natureza que nasce ou se ‘separa’ da Cultura e não o contrário, como para nossa antropologia e nossa filosofia’. (DANOWSKI; CASTRO, 2014, p. 11, grifos do autor)

Para Danowski e Viveiros de Castro (2017, p. 38), o fim do mundo retroprojeta um início do mundo; no mesmo passo, o destino futuro da humanidade nos transporta para a sua emergência. A existência do “mundo antes de nós”, embora seja considerada por alguns como um desafio filosófico, não parece um estado de coisas de difícil figuração para o homem comum. Mas a

possibilidade de um “nós antes do mundo”, a preexistência ontocosmológica do humano ao mundo, é uma figura menos usual na vulgata mitológica ocidental. Veremos que ela é uma possibilidade largamente explorada pelo pensamento ameríndio.

O pensamento do homem moderno gira em torno do capitalismo, ele que move o mundo e está fundado no princípio da produção de riquezas, enquanto na cosmovisão indígena a terra é que produz a riqueza, consequentemente a vida, e os brancos estão acabando com a terra.

Para os Yanomami, que possuem um conjunto cultural e linguístico composto de pelo menos quatro subgrupos adjacentes e que falam línguas da mesma família (*Yanomae*, *Yanõmami*, *Sanima* e *Ninam*), a terra-floresta não é um mero espaço inerte de exploração econômica (o que chamamos de “natureza”). Trata-se de uma entidade viva, inserida numa complexa dinâmica cosmológica de intercâmbios entre humanos e não-humanos. Como tal, encontra-se hoje ameaçada pela predação cega dos brancos. (Instituto Sócio Ambiental, 2006/2010)

Nós Yanomami, estamos muito preocupados porque os brancos só pensam em estragar a Terra, só sabem destruir a floresta. Eles não têm amizade por ela, não a querem. Da profundidade do seu chão só arrancam coisas para fabricar suas mercadorias, depois as queimam e o mundo se enche de fumaças que viram doença *xawara* para todos. A floresta também adoce dessas fumaças, suas árvores morrem, bem como suas águas e seus animais. É assim que entendemos as coisas. Por isso, nós Yanomami, estamos tão inquietos. Nós perguntamos: “Por que razão os grandes homens dos brancos não falam sabiamente entre eles e continuam querendo maltratar a Terra?” Eles já têm muitas mercadorias, é suficiente! Apesar disso querem ainda tirar da terra todas estas coisas brilhantes, pedras e metais, com os quais fabricam suas coisas preciosas. É isso que preferem entre tudo; é por causa disso que destroem e sujam nossa Terra! (2006/2010/ISA)

Encarar o outro como semelhante é tarefa quase impossível para o homem. Ele tende a procurar a identidade do outro naquilo que ele próprio conhece, ou seja, a dele próprio. Quando o homem não consegue identificar tal característica, tende a diminuir a característica do outro. É o que aconteceu e ainda acontece em relação aos povos indígenas brasileiros, tornando assim muito difícil permanecerem índios depois do contato com o homem branco.

Toda e qualquer comunidade humana contrasta com uma percepção adâmica das populações indígenas, segundo a qual estas viveriam “em harmonia com a natureza”, o que significa dizer que tem pouco impacto sobre parâmetros biofísicos de um ambiente definido por subtração do humano. Inversamente, qualquer transformação dessas sociedades que envolva a introdução em seus modos de vida de objetos ou técnicas industriais basta para justificar sua exclusão dessa posição adâmica privilegiada. (...) É desnecessário lembrar a frequência com que, o índio de jeans, que, portanto, não é mais índio e que não precisa de terra, mas de assistência do Estado, é conjurado pelos latifundiários do agronegócio com o apoio sempre entusiasmado pela grande mídia

corporativa, ao mesmo tempo sócia interessada e cliente servil do Capital. (DANOWISK; VIVEIROS DE CASTRO, 2017, p. 42-43)

Já o aspecto de visão e conhecimento de universo é chamado pelos cientistas e filósofos de cosmologia. É através dela que se pode compreender a diferenciação que cada cultura e povo possui sobre o universo em que vive diretamente ligado à sua realidade.

A cosmologia é a Ciência que estuda o universo na sua origem, estrutura, evolução e composição. Viveiros de Castro (2014) nos direciona de forma brilhante pela leitura do universo que cada homem faz. É na origem perceptiva que cada grupo tem que se arraigar em suas concepções. O indígena possui, através de sua formação, uma visão de universo muito distinta daquela do homem branco ocidental. Seu contato com a natureza e com outras raças irmãs moldou uma cosmovisão totalmente diferenciada.

A cosmologia da América indígena é extremamente complexa. O índio possui uma visão de universo em que não há separação entre os seres. A cultura desses povos relaciona diretamente homens, animais, natureza e astros como um só. Existe uma relação de cumplicidade que não distingue um ser do outro, daí muitos rituais e costumes indígenas poderem ser compreendidos. Além da paridade entre natureza e homem, o indígena também acredita que todos os seres possuem alma e que essa alma une de forma direta os integrantes do grupo.

Para Bonin (2015), se pensarmos o Brasil a partir das cosmologias e histórias indígenas, veremos que esta nação é múltipla e nela coexistem maneiras distintas de se pensar e viver. E mesmo que a vivência em um território comum nos coloque o desafio de construir um campo de ação política que nos unifique como cidadãos, as cosmologias indígenas não podem ser reduzidas às formas ocidentais de pensar e de ordenar o mundo. As experiências e os saberes indígenas consideram o universo em sua totalidade e inserem o ser humano em uma complexa rede de relações que envolvem os seres, naturais e sobrenaturais, integrando a vida como um todo. Essas cosmologias não se confundem e nem podem ser contidas dentro da lógica materialista e mercadológica com a qual estamos habituados.

Os índios ainda enfrentam a resistência branca no que se diz respeito a sua cosmopolítica. Não é de se espantar, povos que enfrentam a realidade do universo e de sua própria gente de maneira tão diversa, dificilmente olharia para as relações sociais e políticas de forma igual.

Para Maxiliano Makuna (2006-2010/ISA), pessoas, lugares e coisas estão enredados uns aos outros como uma rede espiritual. “Os lugares sagrados são uma parte nossa”, afirma o líder indígena Makuna, que também escreve e milita em favor do direito ameríndio. Outros povos mais,

Yanomani, Guaranis, Aweti, Wajãpi, falarão na mesma linha. Esses índios enxergam a natureza como sagrada e parte do próprio humano, tendo inclusive alma própria. Dá-se a entender assim a resistência por parte deles de algumas manobras de áreas. Não é só uma mata ou um pedaço de terra. Aquilo que para o político tradicional ou representante público é somente um espaço delimitado, para o índio faz parte de todo universo interligado que existe nele.

O mundo vê os recursos naturais como uma fonte de dinheiro, isso é o que sofremos hoje em dia. Não é simplesmente uma mudança climática, são mudanças de pensamento. Os lugares sagrados são uma parte nossa, enquanto que o mundo vê esses locais como fonte de recursos monetários para retirar ouro, madeira. Por isso o câmbio climático é brusco, se não temos nossos lugares sagrados não há vida, pois é lá que tem ar, alimento, cura. Hoje em dia começa a chover quando não é pra chover, faz calor fora de época, isso é o que causa pobreza porque falta alimento, quando tem muita seca e muita cheia, não tem safra, não tem lugares pra caçar ou pescar. A natureza se regula por si só, não tem fertilidade na terra se chove muito. (POVOS INDÍGENAS, 1980/2013)

Cada parte da terra, cada espécie de flora ou fauna, cada rio que ali passa tem alma própria. Cortar ou destruir sem motivos racionais é como se automutilar. E, claro, para uma espécie que não tem essa cosmovisão, não passará de alegações vãs. Um elemento constitutivo das distintas lógicas indígenas é a estreita relação estabelecida entre os processos e os meios de produção – por isso, a terra é de posse coletiva e não individual; a terra não é vista como propriedade privada e sim como espaço de relações sociais lançadas sobre esta base territorial. A natureza, por sua vez, é entendida como provedora, mas cada ser precisa aprender a respeitar os demais, para não destruir o tecido denso e delicado dessa relação entre as pessoas, os seres e também as coisas que, na cultura ocidental, são vistas como inanimadas. Como se vê, o valor simbólico da terra, para os povos indígenas, difere-se do valor que ela tem numa sociedade capitalista. Para os povos indígenas, a terra não se restringe a um mero recurso a ser explorado em todo o seu potencial. (BONIN, 2015)

A submissão do mundo pela humanidade nas cosmologias indígenas ameríndias se faz assim, na direção oposta ao mito da singularidade tecnológica. Ela remete ao passado, não ao futuro, sua ênfase é na estabilização das transformações que vieram a diferenciar os animais daqueles humanos que continuaram a sê-lo, e não na aceleração da transformação dos animais que “fomos” e nas máquinas que “seremos”. A ênfase da práxis indígena é na produção regrada de transformações capazes de reproduzir o presente etnográfico (rituais de ciclo de vida, gestão metafísica da morte, xamanismo como diplomacia cósmica) e assim de impedir a proliferação regressiva e caótica de transformação. O controle é necessário porque o potencial transformativo do mundo, como o atestam os índios onipresentes de atividade de uma intencionalidade antropomorfa universal, manifesta uma perigosa, mas necessária remanência. (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2017, p. 96-97)

“Ser índio” na atualidade é atravessar um problema que dura mais de 500 anos. A luta constante pelo espaço, que outrora era vasto e agora é reduzido, é constante. Além disso, existem as dificuldades sanitárias e sociais. Em 2013, o Jornal Nacional (Rede Globo) trouxe uma reportagem especial que relatava a destruição que o vício em *crack* estava fazendo em aldeias do Amazonas. A luta é diária, já que problemas de alcoolismo e outras drogas já assolam especialmente os homens jovens de tribos mais próximas da população.

Com a redução das terras e a falta de oportunidades de trabalho esses jovens índios ociosos se encontraram com as drogas mais nocivas da atualidade. Além do empobrecimento e do problema sanitário, por tratar-se de uma doença, efeitos colaterais como brigas, mortes e estupros passaram a dilacerar famílias indígenas inteiras, assim, podemos concluir que, hoje, muitos índios estão sendo dizimados também pelas drogas.

2.3 Os índios no Brasil de hoje, onde estão?

Em seu livro *Tristes Trópicos* (1955), Lévi-Strauss, prestes a viajar ao Brasil para ensinar sociologia na USP, no começo dos anos 1930, encontra num jantar em Paris com o embaixador brasileiro na França, Luiz de Souza Dantas, e lhe pergunta sobre os índios e como deveria proceder para visitar alguma comunidade indígena. O embaixador lhe respondeu: “Índios? Infelizmente, prezado cavalheiro, lá se vão anos que eles desapareceram. Ah, essa é uma página bem triste, bem vergonhosa da história do meu país. Mas os colonos portugueses do século XVI eram homens ávidos e brutais. Como reprová-los por terem participado da rudeza geral dos costumes? Apanhavam os índios, amarravam-nos na boca dos canhões e estraçalhavam-nos vivos, a tiros. Foi assim que os eliminaram, até o último. Como sociólogo o senhor vai descobrir no Brasil coisas apaixonantes, mas os índios não pensem mais, não encontrará nem um único...” (Povos Indígenas no Brasil, 1980/2013, p. 3).

Percebe-se, pelo discurso de Lévi-Strauss, que a extinção dos ameríndios não se dava a contento somente fisicamente, mas também verbalmente. É bem verdade que muitos grupos indígenas nem chegaram a experimentar relações com a sociedade nacional, porque sofreram tamanha redução populacional após os primeiros contatos que acabaram quase extintos.

Dentre os agentes mórbidos, além do descrito acima, cujos os efeitos são letais, “estão os germes, vírus, bacilos e parasitas que, atingindo populações indenes, produz nelas uma mortalidade sensivelmente mais alta. Assim ocorreu desde os primeiros contatos entre representantes de sociedades europeias e africanas e os índios do Brasil, e continua ocorrendo em nossos dias com cada tribo que, ao entrar em convívio com a sociedade brasileira, se insere no seu circuito de contágio. (RIBEIRO, 1979, p. 305)

Foram várias as moléstias que atacaram e continuam a atacar as populações ameríndias, como verminoses, coqueluche, malária, diabetes entre outras. A mais violenta das epidemias, segundo Ribeiro (1979), foi a gripe espanhola. Tão grande foi a mortalidade que nem davam conta de enterrar os mortos, os cadáveres eram deixados insepultos, servindo de pasto à cachorrada da aldeia.

Devido ao excessivo número de mortes indígenas viu-se a necessidade de criar uma política sanitária que atendesse com “urgência” à população ameríndia.

A criação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, componente do Sistema Único de Saúde (SUS), fundamental para a sobrevivência dos povos indígenas, representou um avanço aos direitos conquistados pela Constituição de 1988.

A implantação do subsistema, com o modelo assistencial baseado nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), iniciou-se em 1999 e significou o aumento da extensão da cobertura das ações de saúde aos povos aldeados. Em seus mais de 10 anos de existência, a trajetória do Subsistema foi marcada por dificuldades operacionais para cumprir as diretrizes estabelecidas na Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. Nesse período, os problemas para a consolidação do subsistema levaram a recorrentes manifestações de insatisfação por parte dos usuários indígenas e à demanda por mudanças. A situação precária da gestão das ações de saúde indígena também foi severamente criticada por órgãos de controle e de justiça, que estabeleceram recomendações para reestruturação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. Essa situação, aliada aos protestos da população indígena quanto aos serviços de saúde, levaram o governo brasileiro a tomar a decisão de transferir a responsabilidade sobre as ações de saúde indígena da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) para o Ministério da Saúde (MS), por meio da criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). Esse processo foi marcado por uma ampla participação de representantes da população indígena e por várias rodadas de negociação, tornando-se um marco histórico para a assistência à saúde indígena (FERREIRA; PORTILLO; NASCIMENTO, 2013).

Com o avanço da política sanitaria indigenista por parte do governo federal e contrapondo ao discurso genocida do embaixador brasileiro na França, Luiz de Souza Dantas, em 1930, os índios na atualidade têm se mostrado resistentes à colonização e cada dia mais se fazendo presentes na história da mestiçagem do povo brasileiro.

O que reforça essa estatística de crescimento são os dados levantados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2010 e a ocupação de terras “indígenas” e mesmo de áreas urbanas.

Os confrontos pela posse da terra são uma constante desde a colonização do Brasil. Políticas que favorecem o agronegócio, as grandes estatais e os próprios políticos que larapiam dos índios o seu bem mais precioso, fundamental para sua existência, lançando-os à própria sorte, são e sempre foram parte da história sobre a colonização brasileira.

A questão da terra se transformou num ponto central dos direitos dos índios, pois, para eles, ela tem um valor de sobrevivência física e cultural. Não se amparará o direito dos índios se não lhes assegurar a posse permanente e a riqueza das terras por eles ocupadas. pois as disputas dessas terras e de sua riqueza constituem o núcleo da questão indígena no Brasil de hoje.

Após a redução por décadas seguidas, dados levantados pelo IBGE mostram que a população indígena vem aos poucos aumentando, o que reforça séculos de lutas de um povo guerreiro e que deveria ser exemplo para a humanidade.

Ao analisar os dados gerais do Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2010, conforme tabelas a seguir, aponta que foram registradas 817.963 pessoas que se autodeclararam indígenas. Sendo que 315 mil estão em áreas urbanas e 502.963 em áreas rurais (Povos Indígenas no Brasil, 1980/2013).

A seguir, os dados levantados pelo IBGE mostram a atual realidade indígena brasileira residente na zona rural e na zona urbana comparando-a com a dos não índios.

Na Tabela 1 notamos que a população indígena vem crescendo nas últimas três décadas. Porém, quando comparamos o percentual da população que vive na zona urbana no ano 2000 com 1991 observamos que houve um aumento bastante expressivo, passando para mais de 383 mil índios morando nas cidades. Um fenômeno que realmente precisa ser analisado. Na mesma linha percebemos, porém, que 10 anos depois essa população tende a diminuir, passando dos mais de 383mil para pouco mais de 315 mil indígenas morando em áreas urbanas. Pode ser que esse quantitativo de indígenas tenha migrado para as áreas rurais, como demonstra a tabela, em que, no

ano de 2000, nas zonas rurais havia pouco mais de 350 mil e em 2010 passa a ter mais de 502 mil indígenas. Outro fator que também contribui para esse aumento, segundo o IBGE, pode ser a forma como o questionário foi aplicado.

Tabela 1 – Proporção da população autodeclarada indígena em relação à população total do Brasil, nos censos de 1991, 2000 e 2010

	1991	2000	2010
Total	146.815.790	169.872.856	190.755.799
Não indígena	145.986.780	167.932.053	189.931.228
Indígena	294.131	734.127	817.963
Urbana	110.996.829	137.925.238	160.925.792
Não indígena	110.494.732	136.620.255	160.605.299
Indígena	71.026	383.298	315.180
Rural	35.818.961	31.947.618	29.830.007
Não indígena	35.492.049	31.311.798	29.325.929
Indígena	223.105	350.829	502.783

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2010

Já na Tabela 2, no que se refere aos Estados da União, a população indígena aumentou consideravelmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A região Sudeste é a que mais teve evasão e, na sequência, a região Sul. Podemos dizer, por meio desses dados, que houve uma migração de povos nessas regiões, com causas que deverão ser analisadas.

Tabela 2 – Evolução da população autodeclarada indígena nos censos 1991, 2000 e 2010, por UFs

	1991	2000	2010
Região Norte	124.613	213.445	305.873
Região Nordeste	55.849	170.389	208.691
Região Sudeste	42.714	161.189	97.960
Região Sul	30.334	84.748	74.945
Região Centro-Oeste	52.735	104.360	130.494

Fonte: Censos 1991, 2000 e 2010 (IBGE)

Diante dos dados apresentados percebemos que o aumento da população indígena é considerável, tanto na área urbana quanto na área rural. Outro dado relevante é que segundo os dados apresentados a população indígena tem migrado da área urbana para a área rural

significativamente. Todavia, faltam políticas adequadas que garantam a sobrevivência e a cidadania dessa gente, principalmente na área urbana.

Foi com o surgimento do Estado Moderno que o tema da cidadania passou a ser objeto de preocupação entre os pensadores. Para Rocha e Bittencourt (2007), atualmente a cidadania é dividida em direitos civis, políticos e sociais. Os direitos civis são aqueles relacionados à vida, à liberdade de ir e vir, de escolha, de trabalho e de livre manifestação do pensamento. Portanto, qualquer pessoa tem garantia constituída quanto aos direitos civis. Tais direitos baseiam-se na existência de uma justiça independente, um dos fatores a determinar o grau de democratização de uma sociedade.

Os últimos vinte anos, os povos indígenas do Brasil, por conta de muita luta, mobilização e pressão política, foram conquistando gradativamente o status político de cidadania brasileira, o que significa, na prática, a possibilidade de usufruírem dos direitos garantidos aos cidadãos brasileiros enquanto continuam adotando os seus modos próprios de viver, de pensar, de ser e de fazer. O alcance da cidadania significa para os índios uma faculdade ainda remota de dupla cidadania: indígena e brasileira ou planetária. Isto porque os povos indígenas conquistaram a possibilidade de ter acesso às coisas, aos conhecimentos e aos valores do mundo global, ao mesmo tempo em que lhes é garantido o direito de continuarem vivendo segundo tradições, culturas, valores e conhecimentos que lhes são próprios. No entanto, esses direitos estão longe de serem respeitados e garantidos. (LUCIANO BANIWA, 2012, p. 86)

Nesse sentido, dizer que vivemos em um país democrático, e que todos têm realmente o direito de exercer a cidadania passa a ser um tanto contraditório, principalmente em se tratando dos povos indígenas.

Se os dados do IBGE nos apontam um crescimento considerável das populações indígenas no Brasil, então onde estão esses índios?

Ao contrário do que muitos pensam, eles estão aí, por toda parte, do Oiapoque ao Chuí, como dizem, engajados na luta pela sobrevivência e pela preservação de sua cultura. E estão fazendo a diferença. Tem índio que se formou em medicina, tem índio na política (como vereador, prefeito e até deputado), tem índio nas universidades como professores e como alunos também, tem índio fazendo enfermagem, tem índio morando nas cidades e trabalhando em instituições públicas como concursados, tem índio gravando *rapper*, tem índio advogado, tem índio por todo lado, no *Facebook*, no *Youtube*, no Instagram, basta pesquisar.

A seguir, algumas das inúmeras lideranças indígenas que estão fazendo a diferença nas mais diferentes regiões do Brasil.

Começamos por Daniel Munduruku, que em entrevista revela que frequentou a escola durante a ditadura militar, na década de 1970.

Naquela época, as informações que eu tinha em sala de aula insinuavam que índio era atrasado, que índio era pobre, que índio era selvagem... Isso chegava até mim com um impacto muito violento. Passei a ter vergonha da minha cara, do meu cabelo, da minha origem... Eu não queria mais ser índio. (...) Durante muito tempo, a educação foi um instrumento importante na estratégia do Estado brasileiro de negar a existência dos povos indígenas. Somos educados para repetir a imagem do indígena transmitida no século 16, ou seja, uma imagem que reforça a visão estereotipada criada pelos colonizadores. (RIBEIRO, 2010)

Esse talvez tenha sido um dos motivos pelo qual Daniel Munduruku começou a escrever e não parou mais. Outra fala importantíssima dessa liderança indígena é: “escrevo para me manter índio”.¹

Gersem José dos Santos Luciano² é outra liderança indígena que acredita e luta pela educação da sua gente, tendo como foco a educação indígena superior. Francisca Novantino Pinto D'Ângelo³, por sua vez, é uma grande guerreira na luta pela educação de seu povo. Tem

¹ Daniel Munduruku nasceu em Belém (PA), no dia 28 de fevereiro de 1964 e é pertencente da etnia indígena munduruku, e hoje é um escritor e professor brasileiro é graduado em filosofia, história e psicologia, tem mestrado em antropologia social pela Universidade de São Paulo e doutorado em educação pela Universidade de São Paulo. É Diretor-Presidente do Instituto Uk'a - Casa dos Saberes Ancestrais. Como escritor, se destaca na área de literatura infantil, onde relata histórias indígenas animadas, de histórias de amor até histórias assustadoras. Dentre suas várias obras, a mais famosa é "O banquete dos deuses". Este livro trata-se de um professor que encontra ferramentas para combater várias formas de preconceito sobre os povos indígenas, sobrepondo a importância do respeito a variedade cultural, e foi publicado no ano 2000, sendo considerado um dos principais trabalhos de Daniel Munduruku. Hoje, Daniel é membro da Academia de Letras de Lorena e recebeu a Comenda do mérito cultural por duas vezes, além de ter recebido vários prêmios no Brasil e no exterior, dentre eles estão o prêmio Jabuti, da Academia Brasileira de Letras, o prêmio Érico Vanucci Mendes (CNPq), e o prêmio Tolerância (UNESCO). (GIURIZATTO; NOBRE; JOSÉ, 2016)

² Ele é indígena do povo Baniwa, de São Gabriel da Cachoeira (AM). Graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM em 1995), mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UNB, 2006). Defendeu sua tese de doutorado pela UnB, intitulada “Escola Indígena para manejo e domesticação do mundo: os desafios da educação escolar indígena no Alto Rio Negro” em 2010. Formado na pós-graduação por intermédio da ação afirmativa de concessão de bolsas individuais da Fundação Ford (International Fellowship Program –IFP), o acadêmico Baniwa vêm ajudando a criar e realizar uma série de ações afirmativas de ensino superior destinada aos povos indígenas, através de sua participação no MEC como conselheiro do Conselho Nacional de Educação (CNE) no período de 2006 a 2008 e a partir de 2009 como coordenador de Educação Escolar Indígena da Secad; e também através de seu vínculo com o Projeto Trilhas de Conhecimentos (PTC e CINEP) do qual é sócio fundador e atualmente diretor-presidente. (Ensino Superior Indígena, ????)

³ Indígena do povo Paresi de Mato Grosso ela é graduada em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (1986). É Mestra em Educação pela UFMT. É professora, lotada na Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso - Conselho de Educação Escolar Indígena de Mato Grosso. É representante indígena na Comissão de Educação Escolar Indígena do MEC (2010), e da Comissão Nacional de Política Indigenista do MJ (2006). Foi Conselheira do Conselho Nacional de Educação em 2003 a 2006, e do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso (2002-2006). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Escolar Indígena, atuando principalmente nos seguintes temas: educação indígena, formação de professores indígenas no Magistério e Ensino Superior, movimento indígena, povos e Políticas Públicas. (LATTES, 2014)

contribuído ferrenhamente com a representatividade de seu povo na Comissão Nacional de Política Indigenista entre outros. E Israel Dutra⁴ é outro líder que luta contra a dominação colonial, que perdura até os dias atuais segundo ele. E um adversário ferrenho contra o Instituto Sócio Ambiental e os missionários salesianos. Por fim, Rita Gomes do Nascimento⁵ é indígena do povo Potiguara, além de contribuir com a educação básica indígena ela é servidora pública do Estado do Ceará.

Constatamos, assim, através do censo do IBGE e de uma pequena busca pela *internet* que inúmeras lideranças indígenas estão aí, presentes na luta para terem a visibilidade de seu povo reconhecida. Esses dados apontam mais do que nunca que os índios, em pleno século XXI, estão lutando e sobrevivendo perante a sociedade nacional. E, pasmem, seus currículos são de dar inveja a muito branco que se acha o detentor do saber. Inveja num sentido figurado é claro, pois sabemos o quanto esses títulos lhe causaram e ainda causam sofrimento.

Estão pagando um preço altíssimo, isso também é incontestável, porque quando analisamos a vida de lideranças indígenas, como as citadas acima, que lutam contra o poder do “deus branco todo poderoso”, elas estão deixando o que seria mais importante, sua cultura nata, e se integrando obrigatoriamente a outra cultura. Infelizmente esse é o preço que esses indígenas estão pagando,

⁴ Israel Fontes Dutra é outro líder que luta contra a dominação colonial. Possui graduação em Matemática pela Universidade Federal do Amazonas (2005), graduação em Filosofia pela Universidade Católica de Brasília (1999), mestrado em Ciências (na área de concentração Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2009) e mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (na área de concentração Antropologia). Atualmente é capes/parfor - Ministério da Educação da Universidade Federal do Amazonas e aluno de Medicina da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, experiência na área de Ciências Sociais, com ênfase em Etnologia Indígena e Metodologia de Pesquisa Científica na área de Ciências Humanas e de Saúde. Está diretamente envolvido na criação da Universidade Indígena do Rio Negro (UIRN) e do Instituto Indígena de Estudos Avançados (IIEA) “Ohkó Diawi”. Recentemente, sendo membro ativo do Grupo de Mestres Indígenas do Rio Negro, liderou a organização de dois importantes eventos em prol da criação de ambas instituições citadas acima: o I Workshop dos Povos Indígenas do Rio Negro sobre a construção da Universidade Indígena do Alto Rio Negro, e o I Simpósio Internacional: Diálogos Interculturais da Fronteira Pan-Amazônica. Dentro da controvérsia aqui mapeada, atua de maneira rispida contra o Instituto Socioambiental (ISA) e os missionários salesianos presentes no Rio Negro. Entende que estes atores, ao longo das últimas décadas, foram responsáveis por reafirmarem a dominação colonial sofrida pelos indígenas da região. Acredita que o projeto de Formação Superior Indígena, Interdisciplinar e Multicultural do Rio Negro é uma tentativa do ISA de manter essa dominação, tentando evitar que os indígenas mesmos assumam a frente da construção de uma universidade indígena no Rio Negro, e conquistem sua autodeterminação. (Ensino Superior Indígena, ????)

⁵ Conselheira da Câmara de Educação Básica. Membro do Colegiado de Culturas Indígenas do Conselho Nacional de Políticas Culturais do Ministério da Cultura (MinC). Graduada em Pedagogia e Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), obteve o mestrado e o doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com pesquisas de dissertação e tese sobre educação escolar indígena. É servidora pública do estado do Ceará, lotada na Secretaria de Educação Básica (SEDUC) no cargo de Técnica em Educação da equipe de Educação Escolar Indígena. Desenvolve pesquisas na área de educação indígena, atuando também na equipe de coordenadores do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena: Formação de Professores da UECE. Possui também experiência nas áreas de gestão escolar, formação docente, práticas pedagógicas, didática, avaliação e currículo. (Ensino Superior Indígena, ????)

abdicando de sua cultura, integrando-se à sociedade nacional, tendo que se submeter às suas regras e seus costumes em torno de um único propósito: salvar seu povo e seu bem mais precioso que é a mãe terra. Sabemos que um índio sem sua terra é uma árvore seca.

Diante do exposto, não podemos deixar de mencionar a perseguição às várias lideranças indígenas, que vem pagando com a própria vida o preço em defender suas gentes, suas terras. O caso mais recente é do professor de Educação Indígena da etnia Laklãñõ Xokleng, noticiado pela *internet*, Marcondes Namblá de 38 anos, tornando-se mais uma vítima de violência e assassinato brutal contra indígenas em Santa Catarina. Em novembro, o caso em que Ivete Antunes, 59 anos, mãe da ex-cacica da aldeia Itaty do Morro dos Cavalos, teve a mão decepada em um ataque a facção no Feriado dos Finados já havia estarecido as entidades apoiadoras, que organizaram uma rede de voluntários para dar segurança à aldeia e prevenir novos ataques à mão armada que vinham se intensificando desde o início de novembro. Fonte: (<https://jornalistaslivres.org/2018/01/professor-indigena-e-brutalmente-assassinado-em-santa-catarina/>)

CAPÍTULO 3

A TEMÁTICA INDÍGENA NO ENSINO DE HISTÓRIA

Neste capítulo abordaremos como a educação está sendo mediadora do conhecimento e como os índios e sua cultura são apresentados aos educandos. Esta pesquisa foi realizada por meio da mídia eletrônica em que é demonstrado que muitas escolas em diferentes cidades/Estados ainda consideram o dia 19 de abril (Dia do Índio), em sua grande maioria, como uma data folclórica.

Trouxemos também uma sucinta análise do livro didático adotado pelas escolas municipais de Catalão-Goiás, no terceiro ano do Ensino Fundamental I. Este material foi escolhido levando em consideração que o livro didático, em pleno século XXI, segundo análises feitas por pesquisadores, ainda apresenta muitas informações equivocadas, desatualizadas, carregadas de uma visão eurocêntrica e preconceituosa sobre o assunto.

O resultado da pesquisa intitulada “O índio pode” em que foi aplicado um questionário em duas escolas da rede de ensino na cidade de Catalão, Goiás, também se encontra disponível neste capítulo. Esta pesquisa teve como objetivo diagnosticar como os (as) educandos(as) do ensino fundamental I pensam a respeito do índio na atualidade. O questionário foi aplicado em duas turmas do segundo ano e em uma turma do terceiro ano.

Observamos, por meio das análises, a necessidade de um empoderamento dos alunos a respeito da temática. O empoderamento aqui é entendido não como concessão, mas como um agente modificador de mentalidades em relação às visões distorcidas de que o índio não tem direito ao acesso às tecnologias dos não índios. É através do resultado da pesquisa que ações no ambiente escolar devem ser repensadas, tornando assim esse ambiente favorável à compreensão de que o índio pode sim morar em uma casa, tirar sua identidade, ir à escola, morar na cidade, usar celular, enfim, ser um cidadão como outro qualquer. O questionário foi aplicado em duas turmas do segundo ano e em uma turma do terceiro ano do ensino fundamental I.

É através de ensinamentos de Daniel Munduruku que mostramos qual a forma que eles, os índios, gostariam de ser apresentados perante a sociedade nacional. As problemáticas no ensino atual referentes ao ensino fundamental I e as soluções passíveis de aplicação através de novas didáticas fazem parte deste contexto.

3.1 A obrigatoriedade do estudo de história e cultura indígena nas escolas de ensino fundamental e ensino médio

Daniel Munduruku (2013) disse uma vez em uma reportagem: “escrevo para me manter índio”, para ele é uma forma de manter-se ligado à cultura de forma integral, já que se afastou da sua região, o Pará, para tornar-se a voz ativa indígena mais conceituada na atualidade, especialmente no que se diz respeito ao orgulho das raízes do povo ao qual pertence.

Munduruku não cansa de ressaltar e de rodar o Brasil e o mundo, mostrando como é possível uma nova educação em relação ao índio. Para isso, segundo o escritor, é preciso que muita coisa mude, a começar pelo nome “índio” que foi dado erroneamente e perdurou, transformando vários povos e etnias únicos em um só indivíduo. Ainda sobre o assunto, ele diz que o índio tem que ser visto como o povo do qual faz parte e que a preconceção criada ao longo dos séculos tem que, urgentemente, ser mudada.

É preciso afastar de vez a imagem do “índio dos cronistas e viajantes”, um ser eternamente fora da história, signo por excelência do exotismo dos trópicos americanos, puro, parado num tempo estagnado, intocado pela colonização, frequentador das imagens divulgadas do Brasil no exterior na sua versão ambientalista. Mantendo-se essa imagem, e vendo-se sempre em algum lugar “índio profundo” inconquistado, o verdadeiro índio, que precisa ser protegido, salvo, que necessita de mediadores não indígenas para se fazer representar, é sempre possível acionar a retórica do resgate, pondo em ação formas reelaboradas do passado colonial brasileiro, solucionando dúvidas e angústias quanto a futuros que não estão esboçados. (...) O que precisamos é de condições político-morais para um diálogo intercultural, construído desde o local e o regional, baseado num conjunto de princípios e direitos partícipes de um projeto nacional rumo à inclusão e à justiça social, tendo como ponto de partida o respeito à diferença de projetos de futuro. (ISA, 2011, p. 95)

O escritor, autor de mais de 30 obras sobre educação indígena, relata em um de seus encontros, realizado pela 32 Bienal em 2016, intitulado “O ato indígena de educar (se)”, sobre a dificuldade que o índio encontra em manter sua cultura, integrar-se à sociedade e ter que cumprir a incansável missão de provar suas qualidades. Para ele, o índio de cocar e flecha, comemorado no dia 19 de abril não existe mais, ele não passa de um ser folclórico. Ainda expressa que por essa concepção folclórica o índio acaba não sendo visto pela sociedade como um ser humano.

Falar hoje de índios no Brasil significa falar de uma diversidade de povos, habitantes originários das terras conhecidas na atualidade como continente americano. São povos que já habitavam há milhares de anos essas terras, muito antes da invasão europeia. Segundo uma definição técnica das Nações Unidas, de 1986, as comunidades, os povos e

as nações indígenas são aqueles que, contando com uma continuidade histórica das sociedades anteriores à invasão e à colonização que foi desenvolvida em seus territórios, consideram a si mesmos distintos de outros setores da sociedade, e estão decididos a conservar, a desenvolver e a transmitir às gerações futuras seus territórios ancestrais e sua identidade étnica, como base de sua existência continuada como povos, em conformidade com seus próprios padrões culturais, as instituições sociais e os sistemas jurídicos. (LUCIANO BANIWA, 2006, p. 27)

O índio que se integra à sociedade não deixa de ser índio, não perde sua cultura. Ele apenas aproveita aquilo que a sociedade pode lhe oferecer de bom, e isso não é errado. A maior dificuldade dessas pessoas é provar para os dois lados, sejam índios ou brancos, que sua raiz ainda está ali. Ser índio é muito mais do que nascer numa tribo ou ter os cabelos negros e olhos puxados. Ser índio é carregar em si a cultura de seu povo e respeitar os seus ensinamentos. (MUNDURUKU, 2013)

Além das dificuldades culturais, o índio se depara com dificuldades políticas e territoriais. Vivendo em suas terras demarcadas, corre o risco diário de expulsão, emboscadas e roubos por parte de outros interessados no limite territorial. Os que permanecem, ficam para proteger. Os que partem vão em busca de outras formas de proteção como alterações de leis, criação de políticas de ensino diferenciadas, proteção a direitos naturais e a instauração definitiva de uma voz ativa para todas as comunidades indígenas remanescentes.

Ao considerar que o Brasil é um país marcado pela diversidade cultural e que, portanto, vários povos fazem parte da nossa identidade nacional, sobretudo, os índios, que antes mesmo da chegada dos colonizadores, já habitavam o território brasileiro, reconheceu-se a necessidade do respeito e do reconhecimento à cultura indígena. Por essa razão foi promulgada a Lei 11.645, em 2008, que complementou a Lei 10.639 alterando a redação do artigo 26 – A, acrescentando, ao lado do grupo étnico dos negros, o estudo sobre os índios. Assim, a lei passou a vigorar com a seguinte redação:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (BRASIL, Lei 11.645/08)

Com tantas dificuldades, o índio ainda luta com a esperança de um futuro melhor e acredita que a escola possa mudar todo o contexto histórico de sua gente, até então distorcido mesmo pelo livro didático. Só que as escolas insistem no folclore, dificultando ainda mais o posicionamento cultural e político desses povos.

Podemos perguntar por que uma lei para obrigar esse estudo? Adianta haver uma lei que cria a obrigatoriedade se são poucos os professores preparados para levar adiante esse estudo com a abordagem que merece? O ensino da história e da cultura indígenas nas escolas de ensino fundamental e médio previstos na lei é um caminho no sentido da educação intercultural? Essas e outras perguntas ocorrem cada vez que abordamos a temática indígena e sua relação com a escola, hoje, mais do que nunca, uma preocupação nos meios escolares e acadêmicos. Portanto será que essa obrigatoriedade do estudo da cultura indígena, pautada no respeito e reconhecimento, está sendo colocada em prática nas escolas brasileiras? (BERGAMASHI; GOMES, 2012, p. 54).

No ensino tradicional, o ensino de história inicia-se na educação infantil, porém sabemos que alguns tópicos já são abordados na pré-escola. O caso do índio é um deles. Vemos crianças já pequenas comemorando o Dia do Índio e cremos que para que haja tal comemoração algum conteúdo, mesmo que básico, deva ter sido transmitido. A criança precisa entender ao menos quem é o “ser índio” e como é “ser índio”, de onde vem e o que faz. Esse é o início de toda problematização, pois é nesse contexto que deveriam iniciar as mudanças quanto ao repasse do conhecimento. Mas equivocadamente o que presenciamos ainda são crianças travestidas de índio em comemoração ao “seu dia”. O que nos remete a pensar sobre o que realmente está sendo repassado a essas crianças.

Para Daniel Munduruku (2013), o mês de abril traz muitas possibilidades de reflexão e, segundo ele, é bom que assim seja. Talvez a mais importante delas seja rever o conceito de “índio” que está introjetado no coração do brasileiro. As escolas e seus profissionais precisam fazer com urgência uma leitura crítica sobre como estão lidando com este conceito e, quem sabe, passar a tratar o tema com a dignidade que o mesmo merece. É preciso começar a se dar conta que esta palavra traz consigo um fardo muito grande e pesado, pois se trata de uma alcunha aos habitantes dessa terra. Pensar que esta palavra é um engano tão grande quanto considerar que estes grupos humanos podem ser reduzidos a ela é inaceitável. Isso seria continuar escondendo a diversidade cultural e linguística que o país traz em seu bojo desde a chegada dos europeus. É colocar debaixo do tapete a existência, hoje, de mais de 250 povos (e não tribos como foram acostumados a chamar) espalhados por todos os estados brasileiros, falando em torno de 180 línguas e dialetos (não apenas o tupi, como antes se ensinava). E também não lembrar que há mais de 50 grupos nativos que estão

sem contato com isso que chamamos desenvolvimento; grupos que teimam em viver uma vida sem tanto aparato tecnológico por considerarem que o seu jeito de viver lhes é suficiente.

Algumas comemorações, que facilmente podem ser acessadas na *internet*, comprovam que ainda hoje a imagem do índio é repassada de uma forma folclórica para as crianças por várias escolas do país. Muitas imagens estão disponíveis em *sites* de prefeituras, o que torna mais grave a situação, pois o poder público, através dos encargos pagos pelo cidadão, está bancando uma educação que não condiz com a realidade.

Ainda hoje, conforme as figuras a seguir, tanto os vídeos quanto os projetos utilizam a música da Xuxa “Vamos brincar de índio?” como se a cultura indígena fosse uma brincadeira. Não sabem o quanto os índios sofrem ao verem essas cenas, pois para eles essas representações são uma afronta as suas divindades.

Figura 1 – Comemoração do Dia do Índio em CMEI de Alto Horizonte (GO)



Fonte: https://www.altohorizonte.go.gov.br/dia-do-indio-cmei-maria-angelica-goncalves/18056662_1369659656426142_3066260761441802614_n-2/ (????)

Figura 2 – Comemoração do Dia do Índio em escola de Pindaré Mirim (MA)



Fonte: <http://portalpindare.com.br/index.php/escola-de-pindare-mirim-finaliza-projeto-do-dia-do-indio-com-grande-culminancia/> (???)

Figura 3 - Comemoração do Dia do Índio



Fonte: <http://educarbeatrizdornelas.blogspot.com.br/2013/04/dia-do-indio-na-educacao-infantil.html> (???)

Figura 4 - Comemoração do Dia do Índio



Fonte: <http://risqueerabisque.no.comunidades.net/projeto-dia-do-indio> (???)

Figura 5 - Comemoração do Dia do Índio em colégio de Artur Nogueira (SP)



Fonte: <http://nogueirenses.com.br/colégio-objetivo-de-artur-nogueira-comemora-dia-do-indio-com-dancas-e-fantasias> (???)

As figuras 1, 2, 3, 4 e 5, retiradas da mídia eletrônica, mostram como ainda hoje a educação básica distorce a realidade indígena brasileira. As crianças são convidadas, geralmente no dia 19 de abril, Dia do Índio, a participarem de um universo em que tudo é fictício, reforçando no imaginário de cada uma delas que os índios ainda moram em oca, vivem com seus rostos pintados, andam nus, andam de canoa, usam arco e flecha, cocar, pintam os rostos, fazem uhuhuhuhuhuh... Essa “didática” infelizmente só acrescenta ou reforça os estereótipos sobre o índio.

Esse índio, objeto de conhecimento e celebração num espaço delimitado nos calendários escolares, é quase sempre amalgamado à natureza e reconhecido por atributos como alegria, ingenuidade, liberdade. Um efeito dessas representações é o estranhamento que nos causa o encontro com indígenas em contextos urbanos, participando de atividades comerciais, ou em noticiários que deixam ver, de relance e de modo fugaz, a situação de miséria e violência a que estão submetidos muitos povos indígenas na atualidade brasileira. (BONIN, 2015, p. 318)

É sabido que o transmissor da informação é quem influencia a recepção da mesma. É impossível que uma informação seja dada sem que o modo como aconteceu não interfira no resultado de assimilação. Dessa forma, vemos como é preocupante o que está sendo repassado a essas crianças.

3.2 A temática indígena no livro didático do Ensino Fundamental I

O livro didático de História como instrumento de apoio ao processo ensino aprendizagem tem sido alvo de inúmeras discussões sobre a forma como a História é abordada. Muitas análises acerca dos livros didáticos feitas atualmente, no que se refere às questões indígenas, apontam que existem muitas informações equivocadas, carregadas ainda de uma visão estereotipada, etnocêntrica e preconceituosa sobre o assunto.


Neste estudo analisamos o livro didático do terceiro ano do ensino fundamental I, buscando compreender como são retratadas as populações indígenas nesse manual. Ao definirmos alguns objetivos de pesquisa, analisamos como o índio brasileiro é representado no Livro Didático de História, cuja referência é: FUNARI, Raquel dos Santos; LUNGOV Mônica. **Aprender Juntos – História 3º ano**. 4. ed. São Paulo: SM, 2014, da rede municipal da cidade de Catalão/Goiás, especialmente o que foi adotado pela Secretaria de Educação com prazo para utilização durante os anos de 2016, 2017 e 2018, anos vigentes desta pesquisa.

Figura 6- O início da colonização

O início da colonização Sugestão de Manual do Professor

Em 1500, navegadores portugueses, comandados por Pedro Álvares Cabral, chegaram em naus e caravelas às terras que, depois, chamaram de **Brasil**. Fizeram contato com os indígenas e começaram a exploração do pau-brasil.

Trinta anos depois iniciaram a ocupação e a exploração das terras, ou seja, a colonização, alterando o modo de vida dos indígenas.



Desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro em 1500, pintura de Oscar Pereira da Silva, feita em 1922.

1 Observe a reprodução do quadro e leia a legenda. Depois, responda.

- Como você identifica quem são os portugueses e quem são os indígenas no quadro? Pró as roupas.
- Onde ocorreu o desembarque dos portugueses? Pró legenda, os alunos devem entender que os portugueses desembarcaram em Porto Seguro.
- Qual é a data do quadro? O pintor estava presente no local do acontecimento? Explique. O quadro é de 1922, quarenta e dois anos depois da chegada dos portugueses. Assim, o artista não presenciou os fatos que retrata.

2 Quando os portugueses chegaram, os indígenas já viviam aqui. Como os portugueses fizeram para ocupar as terras? Converse com os colegas e com o professor. Resposta pessoal.

Sugestão de Manual do Professor: Oriente a conversa, sem avaliar apenas o erro. Da mesma forma, incentive o diálogo e garanta o respeito ao outro aluno.

ORDEM 11

Figura 7- A primeira vila

A primeira vila: São Vicente Sugestão de Manual do Professor

Em 1530, o governo português enviou uma expedição ao Brasil para começar a colonizá-lo. O comandante dessa expedição era Martim Afonso de Sousa, que, em janeiro de 1532, fundou São Vicente, a primeira vila do Brasil. Ela se localizava no litoral do atual estado de São Paulo.

O ponto de partida para a formação dessa vila foi a construção de um forte para protegê-la de ataques de invasores estrangeiros ou de grupos indígenas, que resistiam à ocupação de suas terras.

Foi instalado também um **engenho de açúcar**. Nele se cultivava cana e se produzia açúcar. Esse foi o principal produto vendido para a Europa nos primeiros tempos do Brasil.



Fundação de São Vicente, pintura de Benedito Calixto, feita em 1900.

Sugestão de Manual do Professor

Saiba mais |||||

Muitas vilas tiveram origem em povoados. Uma vila devia ter os símbolos do poder e da autoridade portuguesa. São eles:

- a **casa da Câmara** – que era a sede da administração;
- a **cadeia** – que ficava no mesmo prédio da Câmara;
- o **pelourinho** – coluna de pedra ou de madeira que servia para afixar leis e aplicar castigos nas pessoas consideradas criminosas.



Casa da Câmara e cadeia de Mariana, Minas Gerais, construção de 1782. Foto de 2014.

Sugestão de Manual do Professor

12 doze

O material didático analisado (Figura 6), na página 11, apresenta o tema “O início da colonização”. Nele notamos que as informações são muito resumidas no que se refere ao processo de colonização, dizendo apenas da existência dos indígenas e da exploração do pau Brasil. Na página seguinte, página 12 (Figura 7), cujo tema é “A primeira vila: São Vicente”, repete-se a história do colonizador destacando suas benfeitorias, dentre elas: “a criação de uma vila com um forte para protegê-la de ataques de invasores estrangeiros ou de grupos indígenas, que resistiam à ocupação de suas terras.” Nesse contexto, o índio ainda é descrito como uma ameaça.

Figura 8-A cidade de todos Figura 9-Os brasileiros:quem são? Figura 10-Os brasileiros



Na Figura 8 (página 56 do livro), depois de vários assuntos abordados sobre as benesses do colonizador, no Capítulo 3, cujo título é “A cidade é de todos”, chama-nos a atenção a imagem de algumas crianças representado as várias culturas do nosso país. Ao analisar a ilustração percebemos que não há em nenhum lugar a figura do índio ou algo que o represente. Fica caracterizada a exclusão do mesmo no que se refere ao direito de morar na cidade e principalmente de exercer a cidadania, pois cidade e cidadania são os tópicos desse capítulo. Nas Figuras 9 e 10, páginas 68 e 69, respectivamente, cujo discurso é sobre “Os brasileiros: quem são?”, fica evidente que o índio desde a página 12, Figura 7, é visto como uma ameaça, fica completamente silenciado.

Ainda no que se refere à Unidade 3, página 68, o livro traz o seguinte enunciado: “Os brasileiros: quem são? Observe quanta gente diferente está na plateia. E todos são brasileiros! Como se formou o povo brasileiro? Os indígenas já viviam aqui quando os portugueses chegaram. Depois, africanos foram trazidos à força para trabalhar. Mais tarde, vieram pessoas de vários países. Foi um longo processo.”. As autoras afirmam que os índios já viviam aqui, deixando transparecer que fazem parte de um passado longínquo, e essa ideologia é reafirmada na ilustração, que mais uma vez nega a presença virtual de algum indígena na plateia do então circo ou de algo que o representasse. Mais uma vez o (a) educando (a) deixa de assimilar o índio como parte de uma gente que compõe o povo brasileiro.


Figura 13 - A vida dos povos indígenas

A vida dos povos indígenas Sugestão de Manual de Professores

Os povos indígenas têm **culturas** variadas. O povo Panará, por exemplo, constrói as moradias da aldeia dispostas em círculo. Já os Marubo vivem todos em uma única grande habitação.

As pinturas do corpo também são diferentes e têm sentidos diversos entre os povos indígenas. E cada povo tem padrões de pintura próprios, de acordo com seu modo de ser.

Cultura: no texto, tudo o que é aprendido e compartilhado pelas pessoas numa sociedade: a língua, os costumes, a religião, os conhecimentos, etc.



Crianças yanomami usando casaca de papouba para pintura corporal. Aldeia do Demari, em Barcelos, Amazonas. Foto de 2012.

Algumas práticas são comuns a diferentes povos. Por exemplo, para os indígenas, a terra e as roças pertencem a todos. O que conseguem com a caça, com a pesca ou com a coleta é dividido entre todos.

Muitos indígenas que moram nas cidades vivem de modo bastante semelhante ao dos não índios. Mesmo assim continuam sendo indígenas: sentem que pertencem ao seu povo e procuram preservar suas tradições. Eles estão sempre querendo saber notícias de sua terra indígena e vão visitá-la sempre que podem.

1 Copie no caderno as afirmativas verdadeiras. Afirmativas b e c.

- Todos os povos indígenas pintam-se da mesma maneira.
- Uma prática comum dos povos indígenas é compartilhar entre todos a caça, a pesca ou o que coletam da natureza.
- Muitos indígenas que moram nas cidades mantêm os costumes tradicionais de seu povo.

cultura e três 73

Figura 14 - Ser criança

Ser criança Aldeia indígena do Alto do Rio Negro, no Mato Grosso. Foto de 2012.

O nascimento de uma criança indígena costuma ser bastante festejado, assim como ocorre nas sociedades não indígenas. O nome que essas crianças recebem tem um significado especial. Por exemplo, Iaciara é um nome tupi que significa “reflexo da Lua”.

Para se divertir, elas nadam, correm, sobem em árvores, andam de canoa. Seus brinquedos (bonecas, piões, balanças, petecas, arcos e flechas) são feitos de barro, palha, sementes ou madeira. Esses brinquedos geralmente são confeccionados por adultos ou pelas próprias crianças. Quando podem, os adultos também participam das brincadeiras.

Nas aldeias, as crianças ouvem histórias contadas pelos mais velhos, observam e participam das atividades do grupo. Assim, ouvindo e imitando os adultos, os meninos e as meninas aprendem as tradições da sua cultura.

As crianças também vão à escola da aldeia, onde têm aulas com professores indígenas. Em muitas dessas escolas, aprendem a ler e a escrever na língua do seu povo e em português.



Crianças do povo Panará brincam com arco e flecha na aldeia Quatro Cachoeiras, na Terra Indígena Utiari, no Mato Grosso. Foto de 2012.

2 Com um colega, corrija a seguinte frase: **As crianças indígenas aprendem as tradições de seu povo somente na escola da aldeia.**

As crianças indígenas aprendem as tradições de seu povo no modo de falar e também ouvindo as histórias contadas pelos mais velhos e imitando os adultos.

74 cultura e quatro

Na página 73, Figura 13, intitulada “A vida dos povos indígenas”, estes são descritos como aqueles que “possuem suas várias culturas” e aparece no texto, ainda que bem simplório, que muitos indígenas moram nas cidades e vivem de modo “bastante semelhante aos dos não índios”, e que, mesmo assim, continuam sendo indígenas. Na página 74, Figura 14, intitulada “Ser criança”, as crianças aparecem na ilustração com arco e flecha, remetendo mais uma vez aos estereótipos que crianças indígenas não têm outra forma de diversão a não ser aquelas aprendidas de maneira ancestral, sendo que, para o educando, fica impossível imaginar uma criança indígena jogando vídeo game por exemplo.

Figura 15 - Agora já sei

Agora já sei

1 Leia o texto e a tira a seguir. Sugerido no Manual do Professor.

Os povos indígenas têm um profundo respeito pela terra. Eles a consideram como uma "grande mãe" que os alimenta e dá vida, porque é dela que tiram todas as coisas que precisam para a sua sobrevivência [...]. Para eles a terra não é apenas vista como um bem a ser explorado e depredado [...].
Daniel Munduruku. Coisas de Índio. São Paulo: Callis, 2000. p. 66.



Tira da personagem Pipa-capim. Maurício de Sousa Produções, 2004.

a) Com base no texto, você diria que os povos indígenas usam da natureza apenas aquilo de que necessitam? Explique.
Resposta pessoal.

b) Você sabe o que significa "caralho" na tira?
Na tira, caralho refere-se ao homem branco.

c) Releia: "Para eles a terra não é apenas vista como um bem a ser explorado e depredado". Relacione essa frase do texto com o último quadro da tira.
Resposta pessoal.

76 solente e saiz

Figura 16 - Agora já sei

Agora já sei

1 Identifique o que cada ilustração representa e se ela está relacionada aos portugueses ou aos povos indígenas.



Fonte: Tomaz Bragança

Copo de palha, indígenas. Plato de cerâmica, indígena. Moedas, portuguesas.

Casa, portuguesas. Moradia, indígenas (um tipo de moradia indígena). Arco e flecha, indígenas.

Cama, portuguesas. Rede, indígenas.

84 olante o quatro

Na parte de atividades intitulada "Agora Já sei", os estereótipos não param. Na página 76, Figura 15, citam Daniel Munduruku em uma tirinha falando do respeito que o indígena tem pela terra. O que fica evidente é que novamente o índio é remetido à floresta, fazendo uma comparação do índio que protege a terra para sua sobrevivência e do homem branco que explora a terra. Esquecem que hoje a realidade é bem diferente, que a maioria dos índios também faz parte da modernidade, mas o que fica introjetado na cabeça dos (as) educandos (as) é que o índio não tem acesso à modernidade, às tecnologias.

Essa analogia é visível quando é apresentado no então livro didático, página 84, um exercício que reforça o eurocentrismo e o estereótipo a que os indígenas são submetidos até hoje. Na Figura 16 percebemos que o que é passado ao (a) educando (a) é que o índio não tem direito à casa, a uma cama, a uma porcelana, ao dinheiro. Essa é a atual realidade do livro didático que circula ainda hoje em nossas escolas no que se refere ao índio brasileiro.

Muitas vezes essa imagem de índio que é constituída na infância permanece para o resto da vida, pois são escassos os contatos com a temática indígena no restante do período de escolarização e na vida adulta, tendo várias mídias a veicular imagem não condizentes com os modos de vida contemporâneos dos povos ameríndios. Essa visão deformada dos indígenas se perpetua justamente pelo fato da nossa história ser contada até hoje a partir da visão do colonizador, sem dar oportunidade para que os diferentes povos apresentem a sua visão em relação a si mesmo e à História do nosso país. (BERGAMASHI; GOMES, 2012, p. 57).

Analisando este livro chegamos à conclusão de que o mesmo privilegia somente uma parte da história sobre os povos indígenas como se não houvesse uma diversidade imensa e complexa sobre a vida e a cultura desses povos. Trata-se de uma história estanque, marcada por acontecimentos importantes sob o ponto de vista de uma historiografia basicamente europeia. Alguns autores ainda insistem em considerarem os índios como passado, fadados à extinção ou à dominação, não se referindo à história contemporânea dos mesmos.

Quando discutimos com os (as) educandos (as) a partir dessas abordagens estamos reforçando a ideia difundida desde a época da chegada dos primeiros europeus ao Brasil, ou seja, aquela visão estereotipada que concebe o índio como ingênuo, incapaz de compreender o mundo dos não índios e, portanto, à mercê de sua tutela. Esta ideia foi amplamente difundida através dos romances, crônicas e produções intelectuais da época, e que figuram até hoje nos materiais didáticos, reduzindo assim a diversidade histórica e cultural que é própria desses povos.

A história e culturas indígenas são estimuladas a figurar nas escolas por meio de uma lei que criou a obrigatoriedade deste estudo nos estabelecimentos de ensino básico. Conquanto reconheçam-se seus limites, a lei se insere nos esforços para uma educação intercultural. Por sua vez, os povos originários têm constituído historicamente um patrimônio para a interculturalidade, criando concretamente mecanismos que possibilitam a interação com outros povos. Livros didáticos adotados na primeira metade do século XX mostram que as concepções que predominavam nesses manuais, amplamente usados nas escolas brasileiras, estavam marcadas pelas visões da literatura romântica do século XIX, que mostra o indígena idealizado, representado a um só tempo como herói e vítima, fadado ao extermínio. Derivadas dessas concepções predominavam nos livros didáticos de história narrativas que abordavam os povos indígenas como representantes do passado, só aparecendo como primeiros habitantes do Brasil, concepções responsáveis pela formação de muitas gerações escolares (BERGAMASHI; GOMES, 2012, p. 53).

Nos ventos da redemocratização, o Plano Nacional do Livro Didático, criado em 1985, veio atender às novas demandas, mas, curiosamente, a mesma indústria responsável pela produção didática do período anterior mantém-se na condução dessas transformações operadas. (MUNAKATA, 2012 *apud* FRANÇA, 2016):

Demonstra que a empresa capitalista se adapta camaleonicamente às perspectivas de uma visão mais crítica da História. No entanto, o mais interessante disso é que os antigos manuais, livros, enfim, tudo aquilo identificado com o “entulho repressor” dos anos de chumbo, não são totalmente descartados ou inviabilizados como produtos de consumo escolar. Pelo contrário, convivem lado a lado com as obras que se identificam com as abordagens mais progressistas. Muitos desses livros identificados como justificadores do regime ditatorial passaram por repaginações editoriais adaptando-se aos novos tempos (FRANÇA, 2016, p. 35).

Sendo assim, o livro é instrumento de muita influência sobre os educandos (as), pois eles têm acesso a esse material logo que são inseridos no mundo escolar e como ainda estão formando suas próprias opiniões podem ser influenciados pelo que as editoras publicam em seus livros, favorecendo a indústria cultural, com um grande número de livros difundidos em todo o território nacional. Portanto, o livro didático se constitui como poderosa ferramenta de unificação, até de uniformização nacional, linguística e ideológica. O poder político se vê forçado a controlar estreitamente, e até a orientar em seu proveito, sua concepção e seu uso (FELIX, 2017).

3.3 Como o (a) educando (a) pensa o índio na atualidade

Há algumas décadas professores generalistas ensinavam diversas matérias ao mesmo tempo e por muitos anos seguidos. Não havia formação crítica sobre assuntos essenciais como sociologia ou história. Atualmente a grade curricular e as diretrizes de educação mudaram, exigindo do docente uma especialização ou conhecimento mínimo na área que leciona. Isso se afunila ainda mais quando tratamos de ensino fundamental.

De acordo com Denise Terra, no Referencial Curricular de História:

Faz-se necessário estabelecer objetivos claros com critérios que contribua para a formação de identidades e que na escola, professor e sociedade tenham respostas a algumas reflexões, tais como: Qual identidade quer formar em nossos alunos? Quais conteúdos e quais abordagens de estudos históricos contribuem para consolidar determinadas identidades? E quais são as repercussões dessas identidades, construídas pelos alunos, na sociedade em que eles vivem? (TERRA; FREITAS, 2004, p. 43)

O (A) educador (a), como mediador (a) do processo ensino-aprendizagem, precisa com urgência formar um estudante com capacidade crítica e dotada de informações coesas para que possa, por si só, formular sua opinião. Para tanto, faz-se necessário que o (a) educador (a) de história esteja preparado (a).

É com a disciplina escolar que o (a) educando (a) terá seu aprimoramento sobre temas como pluralidade cultural. Ele (a) já terá percebido com situações vivenciadas as diversidades culturais, porém, começará a compreendê-las com o ensino, e por isso se faz tão importante o conteúdo a ser transmitido.

Dentro dessa perspectiva, em se pensar o contexto de ensino e aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental I, formulamos um questionário fechado com o intuito de saber como os (as) educandos (as) projetam a imagem do índio na atualidade. As séries escolhidas não

foram aleatórias, partimos do pressuposto de que, por estarem no segundo e terceiro ano do ensino fundamental I, algo já teria que ter sido acrescentado positivamente na visibilidade dos (as) educandos (as) em relação ao índio brasileiro.

Diante do exposto e como parte fundamental desta pesquisa, seguem os dados coletados através de um questionário fechado (o qual se encontra no Anexo A), com três turmas do ensino fundamental às quais serão descritas como turma A, B e C. Os nomes das escolas não serão divulgados, pois não é intuito desta pesquisa analisar as escolas e sim a compreensão das alunas e dos alunos sobre os índios na atualidade. Lembrando que a pesquisa foi aplicada em escola pública e particular e em turmas diferentes, como é demonstrado a seguir: turma A (3º ano do ensino fundamental I, escola pública), turma B (2º ano do ensino fundamental I, escola pública) e turma C (2º ano do ensino fundamental I, escola particular). O propósito desta pesquisa é saber como as crianças veem o índio na atualidade. Os Quadros 1 e 2 apresentam os resultados desta pesquisa. As questões de 1 a 6 do Quadro 1 são mostradas no Anexo A, enquanto o Quadro 2 é específico para a questão 7 do referido Anexo.

Quadro 1 – Respostas dos alunos às questões 1, 2, 3, 4, 5 e 6

	Turma A (quantidade de alunos)		Turma B (quantidade de alunos)		Turma C (quantidade de alunos)	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Questão 1	1	16	1	16	1	17
Questão 2	1	16	1	16	1	17
Questão 3	1	16	1	15	14	4
Questão 4	4	12	5	16	16	2
Questão 5	1	16	0	17	4	13
Questão 6	16	1	15	1	17	1

Fonte: Produção própria (baseado no Anexo A)

Quadro 2 – Respostas dos alunos à questão 7

	Turma A (quantidade de alunos)	Turma B (quantidade de alunos)	Turma C (quantidade de alunos)
Oca	15	15	17
Casa	2	2	3
Arco e Flecha	16	16	18
Celular	1	0	3

Fonte: Produção própria (baseado no Anexo A)

O resultado da presente pesquisa nos aponta a realidade que vivemos hoje referente à visibilidade dos povos indígenas brasileiros nas séries iniciais da educação formal.

Quando se pergunta “Índio pode” mais de 90% concordam que índio não pode morar na cidade, não pode ter carteira de identidade, não pode ir à escola, não pode ter *facebook*.

Quando se pergunta “Se um índio dirige um carro ou usa um celular, ele deixa de ser índio”, apesar da grande maioria opinar que não, ele não deixa de ser índio, alguns insistem na premissa de que ele deixa de ser índio sim.

Já em relação à importância de conhecerem a cultura e a história indígena, 98% concordam que sim, é importante.

Mas os estereótipos não param por aí. Quando são apresentadas as figuras com o que o índio tem direito de adquirir ou usar, fica evidente na pesquisa que para a grande maioria, independente ser de escola pública ou privada, os itens mais assinalados são a oca e o arco e flecha. Eles continuam achando que o índio não tem direito às tecnologias e tão pouco a morar em uma casa de alvenaria.

Essa, infelizmente, é a visão que os (as) educandos (as) das escolas pesquisadas têm em relação ao índio brasileiro.

Podemos dizer que, em geral, os saberes selecionados oficialmente nas escolas desconsideram a pluralidade de povos indígenas, hoje presentes na nação brasileira com cerca de 240 diferentes etnias, relegando-os a uma visão generalizada.

Segundo Bonin (2008, p. 318 *apud* BERGAMASH; GOMES, 2012, p. 57), “Esse índio, objeto de conhecimento e celebração num espaço delimitado nos calendários escolares, é quase sempre amalgamado à natureza e reconhecido por atributos como alegria, ingenuidade, liberdade”. Um efeito dessas representações é o estranhamento que nos causa o encontro com indígenas em contextos urbanos, participando de atividades comerciais, ou em noticiários que deixam ver, de

relance e de modo fugaz, a situação de miséria e violência a que estão submetidos muitos povos indígenas na atualidade brasileira.

Muitas vezes essa imagem de índio que é constituída na infância permanece para o resto da vida, pois são escassos os contatos com a temática indígena no restante do período de escolarização e na vida adulta, tendo várias mídias a veicularem imagens não condizentes com os modos de vida contemporâneos dos povos ameríndios. Essa visão deformada dos indígenas se perpetua justamente pelo fato da nossa história ser contada até hoje a partir da visão do colonizador, sem dar oportunidade para que os diferentes povos apresentem a sua visão em relação a si mesmo e à História do nosso país. (BERGAMASCH, GOMES, 2012, p. 57)

Para romper com essa imagem distorcida do índio, repassada ainda na infância aos (as) educandos (as), é necessário desconstruir os estereótipos, o preconceito e a discriminação sobre as populações indígenas, construindo assim novas ideias e saberes sobre as populações no ambiente escolar. Para isso, é necessário transformar a escola em um ambiente plural, democrático e, sobretudo, aberto ao debate.

Discutimos algumas limitações do livro didático, trouxemos também as representações e o imaginário dos (as) educandos (as) em relação aos índios na atualidade. Percebemos que essas interpretações acerca dos índios continuam carregadas de estereótipos e preconceitos, e que a imagem predominante em relação ao mesmo é que ele ainda é visto como um sujeito do passado, um ser folclórico, que vive na mata, impossibilitando assim uma visão crítica do (a) educando (a) sobre o índio na atualidade.

Portanto, é necessário buscar novas metodologias de ensino com novas formas de construção do conhecimento histórico desde o “descobrimento do Brasil” até os dias atuais por meio de práticas educativas que levem os (as) educandos (as) a repensarem o que é ser índio. É possibilitar uma leitura crítica do contexto histórico apresentado sobre os índios e os portugueses no passado e suas ligações com o presente e, sobretudo, discutir a importância de se respeitar a diversidade, os direitos indígenas, a pluralidade cultural, fatores estes que contribuíram para a formação da nação chamada Brasil.

Outro fator fundante desta pesquisa é a importância em dar visibilidade às vozes indígenas, a sua cosmologia, a sua cosmovisão, é aprender com eles que o futuro não está somente nas mãos do capitalismo e que precisamos mudar com urgência nosso modo de viver e proteger o planeta. O pensamento indígena nos faz refletir sobre o mundo que queremos, e, mais do que isso, ele

projeta para o futuro a nossa sobrevivência na terra e não para o passado, porque seu pensamento é uma afirmação da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o conhecimento histórico de como os índios encontravam-se e foram encontrados na “descoberta” da América, levando a números inquietantes de um genocídio silencioso que perdurou por vários séculos, percebemos, porém, que as mortes silenciadas ocorreram mais pela ocultação dos dados do que pela falta de resistência. Doenças, contaminação, guerras e escravidão levaram milhares de índios ao encontro com a morte, mas uma grande população remanescente perdurou.

Ainda sobre a invasão, a importância do índio é ressaltada, pois sem ele o branco ocidental provavelmente não teria sobrevivido. Apesar de encontrar uma terra farta e generosa, o branco não possuía conhecimento suficiente para sobreviver e a cultura indígena foi essencial. Ainda mais essencial, o ventre das índias para povoar a nova terra e dar à luz aos homens responsáveis pela expansão do território.

Foi no ventre das índias que o Brasil também foi gerado e, posteriormente, com a mistura de novos povos, pôde crescer como “civilização”. Dos ensinamentos do mestre Darcy Ribeiro, acompanhamos pontos históricos que foram essenciais para a compreensão da linha genealógica desse novo Brasil que vinha surgindo.

A presença de portugueses e também de outros estrangeiros foi abraçada por culturas locais, como o cunhadismo no melhor exemplo. Os brancos misturaram-se aos índios na sua melhor forma, ou seja, viraram parte deles, casando com suas filhas ou tornando-se pais dos seus netos.

Esses mestiços construíram uma nova nação. Enquanto as mulheres tinham filhos, os homens que nasciam trabalhavam para que um território novo se formasse. Muitas vezes debaixo da escravidão e da sobreposição da força ocidental, foram obrigados a abrir caminhos e compartilhar atos de crueldade. Trabalharam em engenhos de cana, na lavoura, caçaram e foram artesãos. Foram também professores na arte da alimentação e sobrevivência, mas foram soldados, uns contra os outros na arte da guerra por território e poder.

Além da servidão branca foram também alvo da religião. Os índios que outrora tinham e viviam com sua cultura milenar, agora seriam obrigados a pertencerem a uma nova cultura religiosa imposta pela coroa. Os jesuítas vieram para amansar os índios, na própria visão do branco. Trouxeram suas letras e sua bíblia. Destruíram uma cultura na imposição da sua própria

fé. Muitos índios aprenderam a ler, as crianças eram alfabetizadas. Mas não só de males foram feitos os missionários religiosos.

Muitos índios foram salvos pela missão jesuíta, alguns religiosos lutaram pela causa de seus irmãos nativos, porém, os prejuízos físicos, emocionais e culturais eram sua maioria. Ajudaram também à igreja a enriquecer, foram os responsáveis pela construção braçal de vilas, enquanto viam suas terras serem loteadas por seus padres e professores.

Por muitas vezes lutaram, por muitas vezes saíram perdedores. Lutam até hoje para modificarem a maldição que sobreveio com a invasão de 1500. Aquela que contamos às crianças como a grande benção do céu. Sabemos que a história do passado não pode ser mudada, o que muda é como a contamos.

Ao adentrarmos nos dias atuais pesquisamos como vivem esses índios hoje no Brasil. Quais são suas histórias, suas lutas e suas conquistas. Onde estão os índios e onde moram. Alguns doutos afirmam que eles nem existem mais.

Mas mostramos em dados reais que existem sim, existem povos remanescentes espalhados por todo território. Estão em São Paulo, no Amazonas e por todo Nordeste, também no Mato Grosso e em Goiás. Em todos os estados têm povo indígena. O que resta saber é como essa gente tem vivido. Avaliamos também que a população indígena está em fase de crescimento, tanto na área urbana, quanto na rural.

O crescimento segue uma linha paralela ao desenvolvimento do país, mas quais são as políticas que estão sendo aplicadas para a sobrevivência da cultura e da autonomia indígena é o que realmente importa. Esse povo tem que crescer com qualidade de vida, exercendo plenos direitos como todo cidadão brasileiro, já que são brasileiros sim. Não é porque o índio vem de uma cultura distinta que não é brasileiro, aliás, devemos afirmar que ele o é mais do que qualquer outro.

A maior dificuldade enfrentada, ainda hoje, é sobre o território em que vivem. Questões agrárias e de remarcações de terra assolam os povos desde a invasão. Essa gente não consegue manter muitas vezes o solo que lhe pertence e são empurrados cada vez mais para fora de suas terras, fundamentais para sua sobrevivência.

O governo insiste em marcações e remarcações. Promete coisas sob o farol da mídia e da pressão de estudiosos, artistas e instituições internacionais, mas depois, à surdina, abandona suas promessas. E os índios sofrem. Sofrem sem sua essência, sem a terra, e sofrem para manter as que ainda lhes resta. Porque não só o governo a tira, mas também sempre existe o risco de grileiros,

fazendeiros e até outros estrangeiros a tomarem por um punhado de dólares pago às instituições estatais.

O índio ainda é massacrado, seja em guerras territoriais contra aqueles que querem lhe empurrar para fora de sua terra, seja por falta de comprometimento de um governo falho, que tradicionalmente não ouve as necessidades dos povos. Todos os dias, se quisermos, tem história de índio na mídia que está sofrendo por alguma injustiça, é só acessar as redes sociais. Os povos não têm voz ativa e se tem são silenciados muitas vezes a base de violência.

Fomos buscar quais são as leis e políticas que protegem os índios e que lhes garantem direitos. Fizemos um breve histórico de quando datam as primeiras leis protetivas e vimos que tudo começa com o ponto essencial, a proteção do seu território, pois é ali que o índio pode exercer seus direitos culturais, é o seu lar, onde cria sua prole e cuida de seus velhos. É em seu lar que o índio exerce o direito da família, de ter seu próprio trabalho, de continuar seus rituais e tradições. Quando um homem perde o lar, ele perde a si mesmo.

A evolução dos tempos também trouxe a evolução das leis. No século passado leis importantes foram firmadas para a proteção indígena. O Brasil foi signatário de tratados internacionais que proíbem e regem o direito ao trabalho, também participa de tratados de direitos humanos que protegem a pessoa e sua dignidade.

Foi criado o Estatuto do Índio e promulgada a Constituição Federal. Nossa Carta Magna tem um capítulo especial sobre os povos e lhes dá direitos. Pudemos ver que em alguns casos o índio não teve voz nem direito à participação ativa ou mesmo de representação na criação de seu próprio estatuto.

Porém, mesmo com esses adventos e com todo aparato legislativo estatal demonstramos a dificuldade da integração do índio à sociedade. O povo indígena, como brasileiro, tem direito ao voto. E deve exercê-lo. Mas vimos que muitos juristas conservadores ainda entendem que o índio não é “civilizado” o suficiente para tanto e, se o é, perde os direitos de proteção estatal.

Essa visão errônea está arraigada em pessoas de todos os níveis. Se assim não o fosse não teríamos a necessidade de assistir todos os dias casos de povos sendo prejudicados por juízes e políticos que não conseguem aceitar e compreender a inserção do índio na comunidade geral.

O capítulo 3 versa sobre a educação escolar e a inserção do índio nesse contexto. O resultado, porém, foi desanimador. Urge uma reestruturação na educação básica para que o índio tenha acesso como ser humano no universo infantil e não como mito ou folclore. Não podemos

continuar a lembrar do índio somente às vésperas do dia 19 de abril, quando precisamos vestir nossas crianças e pintar seus rostos. O livro didático também foi analisado e a conclusão que chegamos é que ele reforça muito mais o silenciamento do que é a inclusão dos povos indígenas na construção do povo brasileiro.

O índio ainda enfrenta a dificuldade de ser visto e entendido e por essa razão exploramos a cosmologia, que para ele e para o branco ocidental é muito distinta, pois cada um tem sua própria concepção de criação do universo.

Sendo assim, entramos no campo da cosmovisão. Cada grupo social aplicará sua concepção de universo conforme o vê. Para o índio, o universo é formado não só pelo homem, mas por tudo que o rodeia. Ele consegue relacionar os seres da natureza, como florestas e animais, astros e o próprio homem numa rede interligada. Não existe degrau de importância, todos fazem parte do conjunto e possuem a mesma relevância dentro do todo.

Nessa cosmovisão, nasce sua cosmopolítica. Ele tem suas próprias maneiras de gerenciar a vida em sociedade e tratar a terra. As disputas por terra são extremamente doloridas para essa gente justamente por esse aspecto. O índio não consegue se separar do território, que para ele é sagrado. Essa visão é passada ao longo dos séculos de índio para índio e, quando pensamos em rompê-la através de inserção de novos parâmetros, o índio sofre.

Abordamos também como é ser índio para um índio hoje no Brasil. Utilizamos depoimentos de Daniel Munduruku e outras lideranças indígenas. A primeira coisa que avaliamos é que eles não gostam de serem chamados de índio. O desejo desses povos é que os nomes originais de sua gente fossem destacados e não generalizados num pacote chamado “índio”. É fácil entender a insatisfação com relação ao tratamento. Algumas dessas pessoas lutam incansavelmente para que sua cultura não seja destruída ou apagada.

Chegamos, enfim, ao ponto crucial. Como mudar essa realidade já que o passado já se encontra consumado? Indicamos a solução para que a problemática dos índios possa ser talvez não resolvida, mas amenizada. O poder da mudança está hoje não só nas mãos daqueles que criam políticas, mas também dos (as) professores (as). Hoje o (a) professor (a) é um formador de opinião. Ele será o responsável por transmitir aos (as) educandos (as) a realidade dos fatos e fazer com que tenham um senso crítico apurado. Se a criança continua a enxergar o índio como o cara do cocar e do arco e flecha nunca terá respeito por ele.

A importância de um ensino pautado na realidade, num contexto sociocultural e que explore as vertentes desde o chamado descobrimento até os dias atuais, é imprescindível; a realidade contada não somente pelo colonizador, mas também pelo colonizado é fundamental para a formação de uma nova mentalidade crítica da sociedade. Educar uma sociedade adulta é extremamente difícil. Se não o fosse não veríamos tantos conflitos acontecendo por pedaços de terras que são de direito dos povos indígenas.

Esse é o tempo de mudança de visão e integração dos povos, amanhã pode ser tarde demais. Quando falamos em integração e respeito às singularidades de cada um, devemos pensar como um todo. Hoje buscamos respeitar os direitos civis e não podemos deixar que isso escape aos índios também. É nesse sentido que optamos por deixar aqui um exemplo de plano de aula, que encontra em anexo (B), como contribuição aos (as) professores (as) para se pensar numa educação inclusiva que faça a diferença no contexto ensino-aprendizagem, com respeito à diversidade cultural, e em que os povos indígenas sejam incluídos de fato à nação chamada Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, F. L. N.; MONTEIRO, J. M. **Raízes da América Latina**. Rio de Janeiro; São Paulo: Expressão e Cultura: EDUSP, c1996. 598p.

BANIWA, G. S. L. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: MEC/SECAD; Rio de Janeiro: LACED/Museu Nacional, 2006.

BARBOSA, A. C. A.; GOMES, V. R. **Colonialismo e Cosmovisão Indígena: a desconstrução do outro antropológico na epistemologia docente**. In: XI CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EDUCERE. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba de 23 a 26/9/2013. Disponível em <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/7444_4921.pdf> Acesso em 25 jan. 2018.

BERGAMASHI, M.A.; GOMES L.B. A temática indígena na escola: ensaios de educação intercultural. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, pp. 53-69, Jan/Abr 2012.

BONIN, I. Cosmovisão indígena e modelo de desenvolvimento. Conselho Indigenista Missionário. **Encarte Pedagógico V – Jornal Porantim**. Junho/Julho 2015. Disponível em: <<https://www.cimi.org.br/cosmovisao-indigena-e-modelo-de-desenvolvimento/>> Acesso: 13 jan. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo. Ed. Saraiva. 2001.

_____. **Lei 6001 promulgada em 19 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Disponível em< http://www.funai.gov.br/quem/legislacao/estatuto_indio.html> Acesso em 23 set. 2017.

_____. **Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm> Acesso em 23 set. 2017.

_____. **Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm> Acesso em 27 set. 2017.

_____. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em 28 set. 2017.

BUENO, E. A viagem do descobrimento. Um olhar sobre a expedição de Cabral. In: _____. **Estação Brasil**. Rio de Janeiro. 2016. 128 p.

CUNHA, M. C. História dos índios no Brasil. In: **História dos índios no Brasil**. Companhia das Letras, 2009.

_____. **Os direitos do índio:** ensaios e documentos. Editora Brasiliense, 1987.

_____. **Índios no Brasil:** história, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012. 158 p.

DANOWSKI, D.; VIVEIROS DE CASTRO, E. **Há mundo por vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. Cultura e Barbárie, 2014.

_____. **Há mundo por vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. Cultura e Barbárie, 2017.

ENSINO SUPERIOR INDÍGENA. **Gersem Baniwa.** ????. Disponível em: <<https://ensinosuperiorindigena.wordpress.com/atores/individuos/gersem-baniwa/>> Acesso em: 23 out. 2017.

ENSINO SUPERIOR INDÍGENA. **Israel Fontes Dutra.** ????. Disponível em: <<https://ensinosuperiorindigena.wordpress.com/atores/individuos/israel-fontes-dutra/>> Acesso em: 23 out. 2017.

ENSINO SUPERIOR INDÍGENA. **Rita Gomes do Nascimento.** ????. Disponível em: <<https://ensinosuperiorindigena.wordpress.com/atores/individuos/rita-gomes-do-nascimento/>> Acesso em: 23 out. 2017.

FALCÃO, I. M. **Regime tutelar do índio.** 1997. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/167/regime-tutelar-do-indio>> Acesso em: 23 out. 2017.

FELIX, D. S. **A representação do índio no livro didático do ensino fundamental adotado no município de Guarabira.** 2017. 31f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2017. Disponível em <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/14245>> Acesso em: 10 fev. 2018.

FERREIRA, L. B.; PORTILLO, J.A.C.; NASCIMENTO, W.F. A criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena. **Revista Tempus - Actas de Saúde Coletiva** (ISSN 1982-8829). Brasília: UNB, 2013. Disponível em: <<http://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/1419>>. Acesso em: 22 set. 2017.

FRANÇA, F.A. S. **A contemporaneidade dos povos indígenas em sala de aula.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

GIURIZATTO, M. V. G.; NOBRE, K.; JOSÉ, D. **Biografia de Daniel Munduruku.** 2016. Disponível em: <http://danielmunduruku7.blogspot.com.br/2016/10/biografia-de-daniel-munduruku_30.html>. Acesso em: 30 out. 2017

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2001/2010.** Disponível em: <<http://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>> Acesso em: 23 set. 2017.

INSTITUTO SÓCIO AMBIENTAL. **Histórico do contato:** fim do séc. XIX até séc. XX. 2009. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/etnias-do-rio-negro/1530>> Acesso em: 28 ago. 2017

_____. **O parque**. 2002. Disponível em: < <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/xingu/1539>> Acesso em: 28 ago. 2017

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **POVOS indígenas no Brasil: 2006/2010**. São Paulo: 2011. 763 p.

JINKINGS D. Política Indigenista é um problema desde a construção do Estado brasileiro. **Carta Capital**. Publicado em 19/04/2011. Disponível em < <https://www.cartacapital.com.br/politica/politica-indigenista-e-um-problema-desde-a-construcao-do-estado-brasileiro-diz-especialista>> Acesso em 20 nov. 2017.

MENDES JÚNIOR, J. **Os indígenas do Brasil, seus direitos individuais e políticos**. Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1912.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991. 270p.

LAS CASAS, B. **O paraíso destruído: A sangrenta história da conquista da América**. Tradução: Heraldo Barbuy, v. 2, 2011.

LATTES. Francisca Novantino Pinto de Ângelo. 2014. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/1180772687186798>> Acesso em: 01 nov. 2017

LAZZARATO, Maurizio. **As revoluções do capitalismo**. Ed. Civ Brasileira, 2006. p.132.

LIMA, E. G. **Literatura, História e Cultura afro-brasileira**. Salvador: EDUNEB, 2014.

LIMA, J. F. **O indígena no livro didático: possibilidades e desafios no uso da linguagem imaginética no ensino de história**. Dissertação. Mestrado Profissional em História, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/397/1/Jorge%20Ferreira%20Lima%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>> . Acesso em 23 out. 2017.

LUCIANO (BANIWA), G. J. S. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre o índio brasileiro de hoje**. Rio de Janeiro e Brasília: Trilhas de Conhecimentos/Laced/MEC/Secad/Unesco. 2006.

MUNDURUKU, D. **Brincar de Índio**. Blog Daniel Munduruku “Mundurukando”. 2015. Disponível em <<http://danielmunduruku.blogspot.com.br/2015/04/vamos-brincar-de-indio.html>> Acesso em: 13 de ago. 2017.

_____. **Contos Indígenas Brasileiros**. Ilustrações Rogério Borges. 2. ed. São Paulo: Global, 2013.

_____. **Outras tantas histórias indígenas de origem das coisas e do universo**. São Paulo: Global Editora, 2008.

NOVAES, A. **A Outra Margem do Ocidente** in Povos Indígenas no Brasil São Paulo: Minc - Funarte/Companhia Das Letras, 1999. Disponível em: < <https://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/narrativas-indigenas/narrativa-yanomami>>. Acesso em 23jun 2017.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.

PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M. M.; SANTOS, R. **Demografia dos Povos Indígenas no Brasil: um panorama crítico**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/qdggqt/pdf/pagliaro-9788575412541.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2017.

PASOLD, C. L. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática**. 13. ed. Florianópolis: Conceito Editorial, 2015, p. 213.

POVOS indígenas no Brasil: 2006/2010. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2013. 763 p.

RIBEIRO, D. **Ensaio Insólitos**. Porto Alegre: Editora LPM, 1979.

_____. **O processo civilizatório**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

_____. **Os índios e a civilização: A integração das populações indígenas no Brasil moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ROCHA, L. M.; BITTENCOURT, L. B. **Indigenismo e participação política na América Latina**. Goiânia: UFG, 2007.

SOCIOAMBIENTAL. **Enciclopédia dos Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em: < <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/kadiweu/print> >. Acesso em 10 set. 2017.

SOCIOAMBIENTAL. **Exposição povos indígenas do Brasil**. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/catalogo-miolo.pdf>> Acesso em: 10 set. 2017.

TERRA, A.; FREITAS, D. **Referencial Curricular de História da Educação**. Bradesco, 2004.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **“Os involuntários da pátria”**. Aula pública durante o ato Abril Indígena, Cinelândia, Rio de Janeiro em 20/04/2016. Disponível em: < <https://acasadevidro.com/2016/04/24/os-involuntarios-da-patria-por-eduardo-viveiros-de-castro-aula-publica-durante-o-ato-abril-indigena-cinelandia-rj-20042016/>> Acesso em: 23 out.2017.

ANEXO A – QUESTIONÁRIO APLICADO AO ENSINO FUNDAMENTAL I

Na sua opinião:

1. Índio pode morar na cidade?

sim não

2. Índio pode tirar carteira de identidade?

sim não

3. Índio pode ir à escola?

sim não

4. Se um índio dirige um carro ou usa celular, ele deixa de ser índio?

sim não

5. Índio pode ter facebook?

sim não

6. Você acha importante conhecer a cultura e história do índio?

sim não

7. Marque quais itens você considera que o índio tem direito de usar ou adquirir:



ANEXO B – Exemplo de Plano de aula (adaptado)
Ensino Fundamental I
3º ano

Fonte:

<http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/Plano%20de%20aula%20ensino%20fundamental.pdf>

Sequência didática:

Objetivo:

Visamos fazer com que educandos(as) do 3º ano, do Ensino Fundamental I, reflitam acerca do que é ser índio na atualidade. Até então muitos deles possuem uma visão idealizada ou estereotipada das populações indígenas brasileiras. O intuito é romper com a ideia que perpetua no imaginário de muitos do índio apenas como aquele ser que mora na floresta, usa arco e flecha, faz uuuuhhhhhh e que sobrevive por meio da caça, pesca e coleta, bem como introduzir o conceito de diversidade cultural.

Atividade 1:

- Propor uma discussão em grupo partindo do conhecimento prévio do que é ser indígena atualmente

Atividade 2:

- Apresentar aos(as) educandos(as) o rap “Koangagua” que significa "Nos dias de hoje" e suscitar questões que os façam refletir sobre a cultura indígena.

Atividade 3:

- Apresentar depoimentos indígenas que mostram o modo de vida deles, como vivem nas comunidades, e proporcionar alguma vivência que os aproxime de algum modo, de alguma experiência relatada nos depoimentos. Apresentar também como eles vivem atualmente nas cidades, e como utilizam a tecnologia no dia a dia.

O que é ser índio?

O(A) professor(a) deve propor aos(as) educandos que formem grupos e discutam entre si qual a imagem lhes vem a mente quando pensam nos índios que vivem no Brasil atualmente. Como eles se vestem, que língua falam, como vivem, etc.

Feita a discussão, um representante do grupo deve dizer quais foram as impressões do grupo sobre o tema.

Identidade Indígena

Tendo em vista a questão “o que confere a identidade dos indígenas na atualidade?” o depoimento deve servir de apoio para algumas possíveis repostas.

Cabe ao(a) professor(a) enfatizar a questão da vida em comunidade, da preservação de valores antigos, como a religião, as festas, danças no terreiro e também, a incorporação por parte da aldeia de elementos da sociedade nacional como as casas de alvenaria, a prática religiosa cristã, ritmos musicais como o axé, o rap, o uso de tecnologias como celulares, computadores entre outros.

O(A) professor(a) deverá enfatizar como todos esses elementos constituem a identidade dos indígenas brasileiros.

Aqui cabe ao(a) professor(a) discorrer sobre as diversas identidades indígenas e as diferenças entre elas bem como a diferença entre as comunidades indígenas e não-indígenas.

Para se “concluir” a questão da identidade indígena, será lido o depoimento de Aracy Tupinambá sobre o que é ser indígena para ela, disponível no endereço: <http://www.indioeduca.org/?p=1713>

Depoimento de Aracy Tupinambá, intitulado Você é Indígena?

“Lembro da primeira vez que me perguntaram isso, eu tinha oito anos, estava na escola brincando e acabei cortando meu joelho. Encontrei próxima a mim uma erva que servia para cicatrização, lavei e coloquei no pequeno ferimento.

Uma coleguinha da mesma idade me olhava assustada e perguntou curiosa: “você é índia? Como sabe que essa planta serve para isso?” Indagou-me. Eu falei que minha avó conhecia as plantas, sempre fazia remédio para as pessoas, gostava de cuidar das pessoas e também rezava as pessoas para elas não ficarem doentes.

Naquela época eu não entendia muito bem porque as pessoas sempre ficavam surpresas com essa informação, de ser indígena, mestiça ou não. Eu me perguntava porque havia algo diferente no meu mundo que de alguma forma não parecia ser o mesmo mundo dessas pessoas. Porque ficavam tão surpresas? Era sempre motivo de alguma brincadeira ou comoção geral. Vivi grande parte da minha infância e pré-adolescência camuflada na multidão da cidade, mas mesmo assim às vezes surgia essa mesma pergunta: “você é indígena?”, e outras como: “Você é mestiça? Alguém é índio na sua família?”.

Na escola me ensinavam como eram os índios, o que comiam, como viviam e todas essas coisas. Havia sempre alguma piada relacionada à nudez ou aos nossos rituais sagrados. Quando falavam sobre pajelança, parecia tão distante da realidade, sempre algo muito afastado do mundo deles e para mim sempre algo muito próximo, eu acabava corrigindo alguns professores e nesse momento percebiam minha identidade.

Pensando nisso que resolvi escrever esse texto, afinal o que é ser indígena?

Para o não índio é totalmente diferente, a imagem estereotipada ainda prevalece em muitas mentes, como desconstruir isso? Somos motivo de encanto, fascínio e medo. Caminhamos lado a lado nas ruas da cidade e ainda assim somos desconhecidos por essa sociedade. Fazemos parte do mesmo país embora tenhamos diferentes culturas, estamos em todos os lugares, em comunidades ou cidades, carregando no sangue o canto da nossa nação. Não é possível compreender o que é ser indígena, olhando no museu nossos objetos sagrados, nossas fotos, nossas roupas, grafismos, instrumentos, cerâmica, artesanato ou buscando uma pureza racial dos livros de história. É preciso vivenciar.

Nas salas de aula ao professor é dado esse desafio, nossa educação é através do exemplo, da vivência. Assim educamos e somos educados em nosso dia a dia. É impossível para os alunos compreender o valor de uma cultura sem vivência-lá. O aluno deve primeiramente compreender

que ela não está afastada geograficamente, que ela não vive apenas em um lugar e que ela se transforma, não é imutável e sim viva. Ela não é uma cultura, mais muitas culturas e que não somos um povo, mais muitos povos.”

Fonte:

<http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/Plano%20de%20aula%20ensino%20fundamental.pdf> *apud* <http://www.indioeduca.org/?p=1713>

Proposta de OFICINA

- Após a leitura do depoimento de Aracy Tupinambá, o(a) professor(a) deve propor em sala de aula uma oficina, uma vivência, que permita conhecer melhor a cultura indígena, tal como foi recomendado por Aracy.

Tendo em vista a leitura do depoimento, o professor deve propor aos alunos que, em casa, conversem com seus avós, vizinhos, ou conhecidos mais velhos e peçam a eles para que os ensinem algo que eles considerem de grande importância (ex. uma receita, uma história, um ofício, etc.).

Feito isso, os(as) educandos(as) devem trazer esses aprendizados para a sala de aula para, em uma dinâmica de grupo, compartilhar aquilo que apreendeu com os(as) colegas.

Objetivo

O objetivo do exercício é fazer com que os alunos tenham contato com uma realidade que não a deles. E a partir disso, perceberem o que há de diferente e de comum entre práticas culturais de diferentes pessoas. Dessa forma, ele irá perceber o que há de semelhante e diferente não só entre a cultura dele e a dos indígenas mas entre a sua cultura e a dos seus colegas, entre a sua cultura e de outras gerações, trazendo à tona a questão da alteridade, que é inerente ao ser humano e que é, ao mesmo tempo, o que todas as culturas têm em comum.

A oficina deverá, portanto, cumprir o papel de mostrar as múltiplas identidades que coexistem e a forma como elas se alteram, se modificam, de acordo com uma série de fatores.

Conclusão

Propor que os(as) educandos(as) digam qual é a identidade que eles consideram que é a deles, exercício esse que caminhará para a conclusão de que a nossa identidade está muito mais vinculada àquilo que reivindicamos como nossa identidade do que a traços físicos, ao local de nascimento etc. E que, portanto, ser indígena tem muito mais a ver com reconhecer e reivindicar sua identidade indígena do que cumprir uma série de critérios pré-estabelecidos como viver isolado na mata, sobreviver por meio da caça e pesca, preservar tradições oriundas da época pré-colonial etc.

Bibliografia, leituras, vídeos e sites recomendados

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na história do Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Escritos Coligidos. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Monteiro, John Manuel. Armas e Armadilhas, História e Resistência dos índios. São Paulo: Cia das Letras/ minc – funarte. 1999.

SILVA, Adriane Costa da. Versões didáticas da história indígena. São Paulo: Dissertação de mestrado apresentada à FEUSP, 2000.

<http://lemad.fflch.usp.br/>

<http://ocadigital.art.br>

<http://www.funai.gov.br>

<http://www.indioeduca.org/?p=1713>

<https://www.youtube.com/watch?v=oLbhGYfDmQg> (rap indígena)